

revista

poli

saúde
educação
trabalho

Ano XIV — Nº. 79 — set./out. 2021



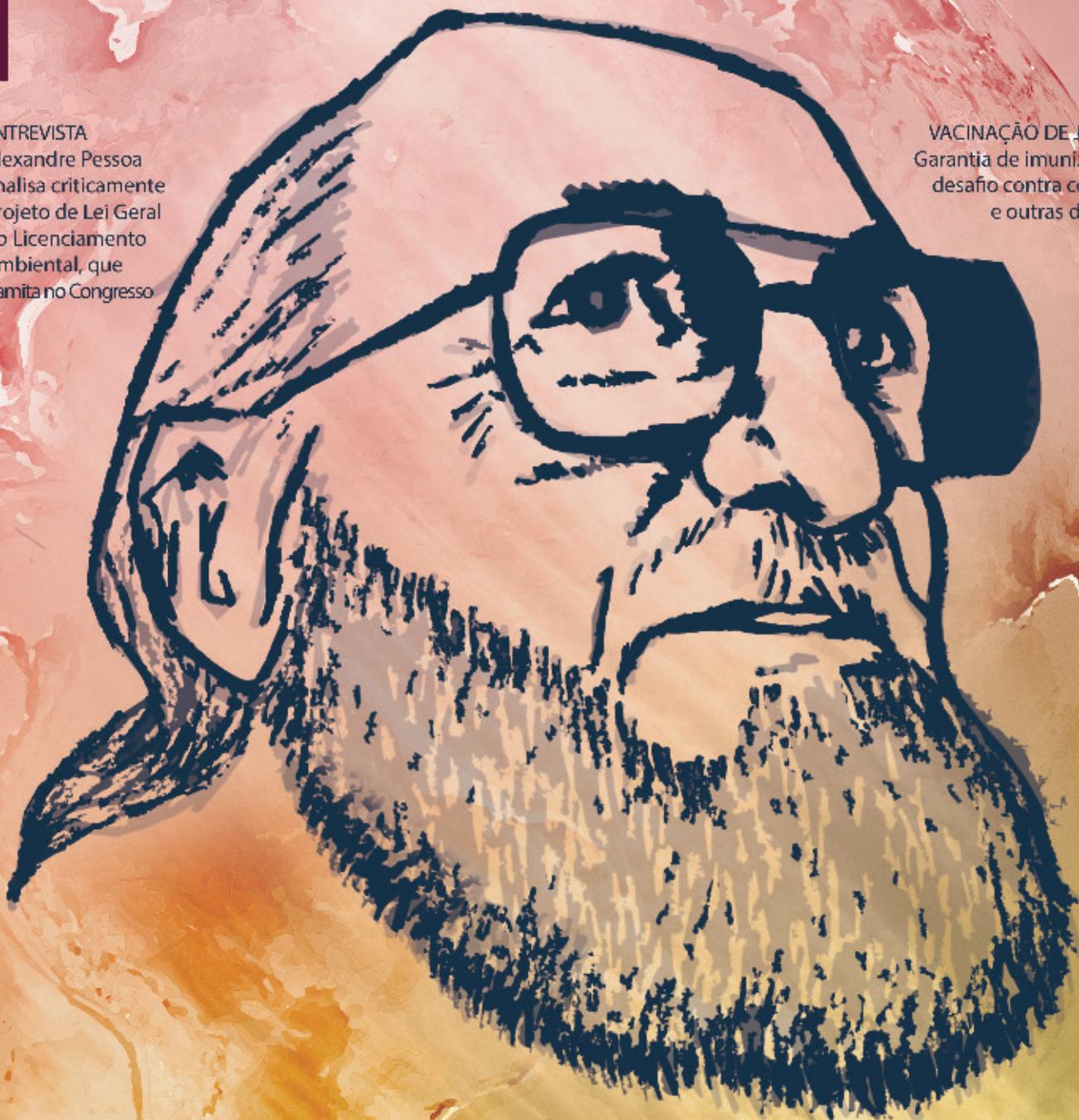
Mala Direta
Básica

9912150155/18-ORFBJ
Flocruz



ENTREVISTA
Alexandre Pessoa
analisa criticamente
projeto de Lei Geral
do Licenciamento
Ambiental, que
tramita no Congresso

VACINAÇÃO DE JOVENS
Garantia de imunização é
desafio contra covid-19
e outras doenças



100 ANOS DE PAULO FREIRE

Veja como a história, a obra e a herança do patrono da educação brasileira se confundem com o contexto político nacional e internacional



Conheça o

Poli

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Ano XIV - Nº 79 - set./out. 2021

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos

Talita Rodrigues

Editoras

Cátia Guimarães / Viviane Tavares

Repórteres

André Antunes / Cátia Guimarães / Júlia Neves / Viviane Tavares

Estagiária de Jornalismo

Bianca Bezerra

Projeto Gráfico

José Luiz Fonseca Jr.

Diagramação

José Luiz Fonseca Jr. / Marcelo Paixão / Maycon Gomes

Capa

Maycon Gomes

Mala Direta e Distribuição

Valéria Melo / Tairone Cardoso

Portal EPSJV

André Antunes

Mídias Sociais

Ana Paula Evangelista

Comunicação Interna

Júlia Neves / Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Tiragem

12.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Conselho Editorial

Alda Lacerda / Alexandre Moreno / Ana Cristina dos Reis / Anamaria Corbo / Cristiane Sendim / Edilene Pereira / Etelcia Molinaro / Ingrid D'avilla / Letícia Batista / Marcia Valéria Morosini / Marco Antonio Santos / Monica Vieira / Paulea Zaquini / Raquel Moratori / Tiago Lopes

Vinicius para a libertação.

Se, na teoria antididática da ação, se impõe aos domadores, necessariamente, a divisão dos opressores com que, mais facilmente, se mantém a opressão, na teoria dialógica, pelo contrário, a liberdade se obriga ao esforço incansável de unir dos opressores entre si, e deles com ela, para a libertação.

O problema central em qualquer das duas é que...

RADAR DOS TÉCNICOS

2

PANORAMA

4

CAPA

Um homem e seu tempo 6

Educação Popular na saúde 11

100 anos depois: Paulo Freire hoje 12

VACINA

Juventude imunizada é desafio 14

ENTREVISTA

Alexandre Pessoa – ‘Se não revertermos esse processo, caminharemos para o colapso ambiental’ 18

DIA DOS PROFESSORES

Um olhar sobre os professores do ensino técnico de nível médio 22

EDUCAÇÃO

Merenda para quem? 26

Comida perecível em xeque e impacto na agricultura familiar 30

O QUE É, O QUE FAZ?

Centrais de regulação 31



EPSJVFiocruz



@epsjv_Fiocruz



@EPSJVFiocruz



EPSJVFiocruz

Receba a Poli: formulário pelo site www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 306
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 comunicacao@epsjv.fiocruz.br

Assine nosso boletim pelo site www.epsjv.fiocruz.br



Desconectados

Já dura meses uma queda de braço que vem sendo travada entre o governo federal e o Congresso sobre a garantia de internet nas escolas. Um Projeto de Lei aprovado no início do ano determinava o repasse de R\$ 3,5 bilhões da União para garantir acesso à internet nas redes de educação básica, mas foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro. Quando, no início de junho, os parlamentares derrubaram o veto, o governo entrou com uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender os efeitos da nova lei aprovada (nº 14.172/2021), argumentando que ela geraria um desequilíbrio fiscal. Diante da resposta negativa do STF, o novo passo foi editar uma Medida Provisória (nº 1.060/2021) que suspende o prazo de 30 dias estabelecido para o repasse dos recursos. Segundo o ministro da economia, Paulo Guedes, declarou em reportagem do site do governo federal, o objetivo é discutir uma “realocação orçamentária” para viabilizar o pagamento.

Pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, divulgada em julho deste ano, constatou que menos de 7% das escolas públicas do país garantiram internet aos alunos que estudaram de forma remota em 2020 em função da pandemia. Antes, a última edição da pesquisa TIC Domicílios, divulgada em junho de 2020 com dados referentes a 2019, já tinha mostrado que, mesmo nas áreas urbanas, apenas 39% dos estudantes acessavam internet na escola. Nas áreas rurais, esse número cai para 24%. Além disso, em dezembro do ano passado, pesquisa Datafolha apontou que 29% das escolas públicas do país não tinham internet e 55% não contavam com conexão adequada.



Sai Bolsa Família, entra Auxílio Brasil

Por meio da Medida Provisória nº 1.061/2021, o governo federal instituiu o programa de transferência de renda Auxílio Brasil, que substituirá o Bolsa Família. O programa prevê nove diferentes modalidades de benefícios, que apresentam uma variedade de públicos beneficiários e valores, sendo alguns deles provisórios. Embora os valores ainda não tenham sido definidos, o presidente da República, Jair Bolsonaro, tem anunciado um reajuste de 50% em relação ao Bolsa Família, o que poderia elevar alguns dos benefícios a quase R\$ 400. A MP, que para se tornar lei precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional no prazo de 120 dias a contar do início de agosto, prevê que as mudanças valham a partir de novembro deste ano. Segundo informações divulgadas pelo governo federal, todos os atuais integrantes do Bolsa Família serão contemplados pelo novo programa e a seleção de novos beneficiários continuará sendo feita pelo CadÚnico. Muitas dúvidas, no entanto, ainda pairam sobre a iniciativa: em nota, o Conselho Federal de Serviço Social manifestou a preocupação com a “absoluta insegurança à população beneficiária do Programa Bolsa Família, que será revogado, sem que fique nítido se haverá migração automática dessas pessoas ao novo programa”. O documento questiona ainda se ele chegará à “imensa fila de pessoas que aguardam para receber o Bolsa Família”.

Além do corte de renda – mínimo de R\$ 89 reais por pessoa por mês para configurar extrema pobreza ou até R\$ 178 para configurar condição de pobreza, neste caso limitando-se a famílias com gestantes ou pessoas com até 21 anos –, o novo programa cria uma variedade de outros benefícios para o mesmo público. Um exemplo é o auxílio esporte escolar, direcionado a estudantes que se destaquem nos Jogos Escolares Brasileiros. Além disso, tem gerado críticas no campo da educação a proposta do auxílio criança cidadã, que substitui o repasse de recursos do governo federal para os municípios financiarem vagas em creches pelo pagamento direto a instituições privadas nos casos em que não houver vagas nas redes pública ou conveniada. Em nota técnica publicizada em 17 de agosto, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por exemplo, se colocou contra a proposta, ressaltando estudos que apontam que a política de vouchers fortalece “processos de exclusão e segregação”. O texto ressalta ainda que a Constituição Federal é clara sobre a “transitoriedade das parcerias com a iniciativa privada na prestação do serviço público de ensino obrigatório”.



Jovens mais baratos no mercado

Nas ‘entrelinhas’ de uma Medida Provisória que visava renovar a flexibilização de regras trabalhistas no contexto específico da pandemia de Covid-19, o Brasil pode ganhar um novo programa voltado para a qualificação e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Trata-se do Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip), que altera a remuneração e os direitos do trabalho de jovens entre 18 e 29 anos, com vigência de no máximo três anos. Pela proposta – aprovada na Câmara dos Deputados e em apreciação pelo Senado –, os integrantes dessa nova modalidade devem ser matriculados pela empresa num processo de formação profissional, cujas vagas devem ser garantidas por entidades do Sistema S. Poderão, assim, trabalhar até 22 horas semanais, recebendo duas bolsas de no máximo cerca R\$ 275 cada, uma paga pela empresa – autorizada a deduzi-la do pagamento de impostos – e outra garantida com recursos públicos, agora do governo federal e depois do Sistema S, sem qualquer vínculo empregatício. O desenho não inclui direitos como FGTS, 13º salário e as férias são transformadas em recesso só parcialmente remunerado.

Por tratar diretamente sobre qualificação de jovens, o Requip faz referência à Lei nº 5.452/2000, da Aprendizagem Profissional, que define regras para um “contrato de aprendizagem” pelo qual jovens de 14 a 18 anos exercitam, na prática, e de forma remunerada, a formação técnico-profissional que estão desenvolvendo. A faixa etária beneficiada, que na legislação anterior não se confunde com os adultos que disputam um lugar no mercado de trabalho, e a exigência de notaçãõ na carteira de trabalho, que agora deixaria de existir, são, no entanto, algumas das diferenças que vêm sendo destacadas por entidades e pesquisadores crítico às mudanças atuais. Apesar disso, se aprovado, o novo texto da MP permitirá que as empresas contabilizem os contratados pelo Requip na cota de no mínimo 5% de aprendizes que a lei 5.452 as obriga a manter. Em nota, o Ministério Público de Pernambuco caracterizou o Requip como “totalmente precarizado, e relegado a jovens vulneráveis”, quando comparado à aprendizagem profissional, considerada um “contrato de trabalho especial e protegido, que

historicamente tem inserido milhares de adolescentes e jovens no mercado de trabalho com promoção de direitos e elevação da cidadania”.

Além disso, embora os jovens de 18 a 29 anos sejam os primeiros listados na nova proposta, a MP traz ainda dois outros ‘públicos’ que poderiam se “beneficiar” do Requip: pessoas sem vínculo trabalhista há mais de dois anos e pessoas de baixa renda que participem de programas de transferência de renda do governo federal. Um dos temores que têm sido manifestado por pesquisadores e entidade do campo do trabalho é que empresas inclusive possam substituir trabalhadores atuais por novos, contratados através desse regime flexibilizado, mais barato para o contratante. “As empresas poderão dispensar seus atuais empregados e contratar outros via Requip, o que impactará a própria base de cálculo da aprendizagem, cujo público prioritário são adolescentes, já que os jovens contratados pelo Requip não possuirão vínculo empregatício”, alerta nota emitida pelo Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.



Mais vacina

Aprovado pelo Congresso Nacional, até o fechamento desta revista aguardava sanção do presidente Jair Bolsonaro o Projeto de Lei 12/21, que autoriza a licença compulsória para produção de vacina e outros insumos protegidos por patentes enquanto durar a emergência sanitária atual. Se sancionado, os proprietários das patentes continuarão recebendo os *royalties* referentes aos seus produtos, mas, durante esse período, outros laboratórios poderão produzir os imunizantes e outros produtos necessários ao combate à pandemia. Medidas como essas têm sido defendidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como necessárias para garantir maior equidade no acesso à vacina entre os diferentes países.



Menos que o mínimo

Foi apresentada ao Senado uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que desresponsabiliza prefeitos e governadores que não aplicaram na área de educação o mínimo estabelecido por lei em 2020, com possibilidade de se estender também a 2021. A Constituição determina que estados e municípios devem aplicar pelo menos 25% da arrecadação tributária em educação. A PEC, nº 13/2021, é de autoria do senador Marcos Rogério (DEM-RO). Em depoimento a matéria publicada no site do Senado, o parlamentar justificou que, em função da pandemia, estados e municípios tiveram queda de arrecadação e aumento de gastos.

MAIS UM PASSO PARA A REGULAMENTAÇÃO DO AIS E AISAN

ARQUIVO DA SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA - SESAI

No início do mês de julho, foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados o projeto de lei 3514/19, que prevê a regulamentação dos agentes indígenas de saúde (AIS) e agentes indígenas de saneamento (Aisan), no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. O PL tramita em caráter conclusivo na Casa, mas ainda deve ser analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; Trabalho, Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça.

Segundo o texto, de autoria da deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), os agentes devem ser indígenas maiores de 18 anos, que tenham concluído ou que estejam cursando o ensino fundamental e que tenham realizado o curso de qualificação profissional definido pelo Ministério da Saúde. Além disso, o agente não pode ter outro vínculo empregatício, precisa residir na comunidade onde atua, saber falar a língua materna e conhecer os costumes tradicionais do local. O texto ainda garante a participação da própria comunidade indígena nos processos de seleção dos agentes.

Dentre as atribuições que o PL propõe para o AIS está a execução de atividades de promoção da saúde e prevenção de doenças para a população indígena por meio de ações domiciliares ou comunitárias, além da realização de atendimentos de primeiros socorros, levando em consideração as práticas e os saberes tradicionais. Já os agentes indígenas de saneamento deverão contribuir para a prevenção de doenças e a promoção da saúde, dando especial atenção ao saneamento básico e ambiental.



CONIF PUBLICA ORIENTAÇÕES PARA RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS

O retorno das aulas deve ser baseado em critérios técnicos e científicos. É essa uma das conclusões do documento construído pelo Fórum dos Dirigentes de Ensino (FDE) do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), publicado no mês de agosto.

O documento divide o plano de retorno em quatro fases: a de atividades exclusivamente não presenciais, a do retorno inicial e gradual dos estudantes e trabalhadores, a de oferta mista e, por fim, o retorno total das atividades presenciais. Para a definição do avanço de cada etapa, o Conif indica que sejam considerados indicadores locais e nacionais, como a taxa de transmissão comunitária; redução do número de óbitos; taxa de ocupação de leitos UTI adultos reservados para a Covid-19 e o índice de imunização dos servidores e terceirizados.

Com base em publicações orientativas publicadas pela Fiocruz, o texto ainda aponta as cinco estratégias que toda unidade escolar deve apresentar para o retorno seguro das atividades presenciais, como o uso correto e constante de máscaras, distanciamento social, limpeza e desinfecção e rastreamento de contatos com pessoas contaminadas pela Covid-19.

Este foi o segundo documento publicado pelo Conselho como preparação para o retorno às aulas presenciais. O primeiro, de julho do ano passado, previa à época o retorno a partir de iniciativas como a criação de comitês de crise locais, capacitação dos profissionais, monitoramento de casos e

orientações comportamentais. “De modo geral, as instituições mantêm comitês de Prevenção e Combate ao novo Coronavírus, que estão monitorando as condições sanitárias das regiões onde estão as instituições da Rede Federal”, informa o Conif, via assessoria de imprensa.

No total, a rede engloba 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos quais, de acordo com a assessoria de imprensa do Conif, 26 estão em ensino remoto e cinco estão retomando as aulas presenciais, orientados por um plano de contingência e “com limitações na ocupação máxima”. A rede é composta ainda por dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet-Mg e Cefet-RJ) e o Colégio Pedro II. Juntas, essas instituições somam 659 *campi* em todo país, com aproximadamente um milhão de estudantes.

25º ANIVERSÁRIO DA RETS

Em meio à pandemia, os trabalhadores técnicos de saúde têm demonstrado a importância de sua atuação para o funcionamento dos sistemas de saúde. E é nesse cenário que a Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS) completou, em julho deste ano, 25 anos.

A Rede, criada em 1996, é resultado da articulação entre instituições formadoras dos países de língua portuguesa. Hoje, a RETS agrega cerca de cem instituições, de mais de 20 países, e abriga ainda duas sub-redes: a Rede de Escolas Técnicas de Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RETS-CPLP) e a Rede Ibero-Americana de Educação de Técnicos em Saúde (RIETS).

Com Secretaria Executiva situada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), a principal missão da RETS é atuar no fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde dos países-membros, considerando a importância da qualificação profissional dos trabalhadores para a implementação de políticas públicas de saúde que atendam às reais necessidades das suas populações.

Dentre as ações realizadas pela RETS estão a elaboração e execução de atividades de cooperação técnica na área de formação e de desenvolvimento de trabalhadores técnicos em saúde, a disseminação de informações e saberes relevantes que auxiliam no fortalecimento das suas instâncias organizativas, além da promoção de ações de incentivo à captação de recursos financeiros para a sustentabilidade das instituições membros.

Em entrevista ao Portal EPSJV, Ana Beatriz de Noronha, assessora da equipe de Cooperação Internacional da Escola Politécnica, explicou que os técnicos são maioria nos sistemas de saúde e possuem um papel fundamental nos sistemas nacionais de saúde. Segundo ela, não é possível melhorar a qualidade desses sistemas se não houver técnicos capazes de propor e provocar as mudanças necessárias. “Os técnicos, hoje, devem conhecer e entender o sistema no qual

estão inseridos em sua totalidade, bem como de que forma as políticas nacionais de educação e saúde interferem na sua formação e no seu trabalho. Com a evolução tecnológica e com os novos conhecimentos que surgem constantemente, o trabalho na saúde deixa de ser responsabilidade de apenas um profissional e passa a ser exercido em equipes multidisciplinares. Nesse contexto, a presença de trabalhadores técnica, social e politicamente bem qualificados é realmente primordial”, analisou.

Também em entrevista ao Portal EPSJV, Sebastián Tobar, assessor do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), declarou que o aprendizado e a cooperação estruturante presentes no âmbito da RETS são aspectos de suma importância para o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde dos países-membros, para o envolvimento de todos os participantes da Rede em prol da saúde pública, e, atualmente, para o enfrentamento da pandemia.

SAÚDE SEM MÁSCARA

As professoras-pesquisadoras da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Mariana Nogueira, Leticia Batista e Regimarina Reis, em conjunto com o cineasta e diretor Renato Prata Biar, lançaram em meados de julho o documentário ‘Saúde sem Máscara’, que aborda a crise sanitária na perspectiva dos trabalhadores do SUS trazendo relatos desses profissionais sobre as suas condições de trabalho durante a crise sanitária. “O documentário é um produto que traz uma linguagem acessível, bonita, que irá sensibilizar a todos que o assistirem, não só para as condições precárias que muitos trabalhadores enfrentam no cotidiano, mas também para a importância do SUS e da garantia de que esse sistema precisa reunir todas as condições necessárias para dar segurança aos trabalhadores e aos usuários”, afirmou Nogueira, em entrevista ao Portal EPSJV.

Já Leticia Batista, também em entrevista para o Portal EPSJV, ressaltou que as falas presentes no filme representam os caminhos da gestão da saúde no município do Rio de Janeiro durante a pandemia, e expressam uma crise que já existia antes da Covid-19. “Nossa expectativa é que o documentário possa chegar a todos, para ser discutido, criticado e analisado. E que a arte seja uma ferramenta de reafirmação do SUS como política pública, estatal e universal, um marco civilizatório que precisa ser defendido na pandemia, mas também além dela”, explicou.

O filme é produto da pesquisa ‘Monitoramento da saúde, acesso a EPIs de técnicos de enfermagem, agentes de combate às endemias, enfermeiros, médicos

e psicólogos, no município do Rio de Janeiro em tempos de Covid-19’, financiada pelo edital Inova Fiocruz. A pesquisa já publicou, no início deste ano, infográficos e um boletim com resultados quantitativos do estudo, que coletou informações de mais de 200 trabalhadores da Estratégia Saúde da Família, da Rede de Atenção à Urgência e Emergência e da Rede de Atenção Psicossocial da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, a pesquisa também formou grupos focais com trabalhadores das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) municipais, das Clínicas da Família e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) no intuito de analisar as condições de trabalho e os impactos dessas condições e da pandemia nas vidas dos trabalhadores dessas unidades de saúde.

UM HOMEM E SEU TEMPO

Paulo Freire, que completaria 100 anos em setembro, sofreu influência e ao mesmo tempo influenciou uma época em que o Brasil vivia uma efervescência política e cultural

Cátia Guimarães

Talvez pouca gente saiba, mas houve um tempo, lá pelos idos de 1960, em que “a Guerra Fria chegou a Natal”. Para sermos mais precisos, o correto seria dizer que ela se aproximou não apenas do Rio Grande do Norte, mas de todo o Nordeste brasileiro, onde a efervescência política acirrava a disputa sobre os rumos do país. Não, você não abriu a reportagem errada: o tema continua sendo Paulo Freire, patrono da educação brasileira reconhecido mundialmente, que em 19 de setembro de 2021 completaria 100 anos. Mas, se o educador pernambucano nos ensinou que o saber é sempre coletivo, com a sua própria trajetória não poderia ser diferente: em vez da saga de uma espécie de herói, aqui será narrada a história de um homem e seu tempo. “Você não pode imaginar o que era a mobilização daquela época nesse Brasil profundo”, resume José Willington Germano, professor emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A comparação com a Guerra Fria – o conflito que, desde o final da 2ª Grande Guerra, dividia o mundo em zonas de influência de um bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e outro socialista, comandado pela antiga União Soviética – foi feita por Moacyr de Góes, secretário de educação e cultura de Natal entre 1960 e 1964, numa entrevista concedida ao coordenador do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Natal, Roberto Monte. Ele se referia ao momento em que Djalma Maranhão e Aluizio Alves, dois políticos locais, começaram a romper a aliança nada programática que tinham feito nas eleições de 1960. O primeiro elegeu-se prefeito de Natal, onde montou o projeto ‘De pés no chão também se aprende a ler’, que alfabetizou adultos e crianças em salas de aula construídas com paredes de barro e telhados de palha, instalou bibliotecas, construiu praças de cultura, além de vários outros feitos. O segundo se tornou governador do Rio Grande do Norte e foi quem convidou um educador pernambucano que começava a se destacar com um novo ‘método’ de alfabetização de adultos para desenvolver um projeto de formação numa cidade do interior do estado que, naquela época, tinha cerca de 75% da população analfabeto. Nascia, ali, no pequeno município de Angicos, a experiência de alfabetização rápida de 300 adultos que tornou Paulo Freire conhecido no Brasil e no mundo.

Todos esses movimentos expressavam o que Roberto Monte gosta de caracterizar como o “espírito do tempo”. Segundo ele, naquele momento, no Brasil inteiro havia algum tipo de experiência envolvendo cultura e educação popular. Na verdade, principalmente no Nordeste, toda essa efervescência tinha começado até um pouco antes: no final dos anos 1950, segmentos da igreja católica criaram por lá as escolas radiofônicas, projeto que depois se transformou no Movimento de Educação de Base (MEB). Em Recife, Pernambuco, já no primeiro ano da década de 1960, nascia o Movimento de Cultura Popular (MCP), que investia em iniciativas diversas de alfabetização e educação de base, com foco também na construção de uma consciência social. “Acho que Paulo Freire, na verdade, acabou virando uma ‘vitrine’ de muitos movimentos”, resume Monte. Germano arremata: “Era um movimento de mão dupla. Paulo Freire é resultado dessa situação, mas também foi uma inspiração, na medida em que ele falava de uma educação que é libertadora”.

E QUE TEMPO ERA ESSE?

Uma parte dessa história quase todo mundo conhece. Desde 1961, o presidente do Brasil era João Goulart, o Jango, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), lembrado por ter se comprometido



em realizar “reformas de base” e por ter sido deposto pelo golpe empresarial-militar de 1964. No Nordeste, em 1960 Miguel Arraes foi eleito prefeito de Recife e Djalma Maranhão de Natal. “Era um momento de ‘ascenso’ das lutas políticas dentro daquele contexto progressista, com muita expectativa de transformação social”, resume Roberto Leher, professor e ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E tudo isso estava na mira internacional.

De um lado, quase todos os entrevistados desta reportagem apontam a Revolução Cubana, que tinha acontecido em 1959, e mais particularmente sua campanha de alfabetização, de 1961, como uma das inspirações das experiências educacionais e culturais que se desenvolviam no Brasil. De outro, exatamente para neutralizar essa influência, o país passou a receber recursos financeiros da chamada ‘Aliança para o Progresso’, uma iniciativa liderada pelos Estados Unidos que dizia ter como objetivo o “desenvolvimento econômico e social” da América Latina, mas era reconhecida como uma estratégia para não ‘perder’ outros países do continente para o bloco socialista. Pois foi exatamente esse dinheiro que financiou o projeto de alfabetização de adultos em Angicos, realizado em 1963, sob a liderança de Paulo Freire.

A decisão de investir recursos no Rio Grande do Norte (e não só em ações de educação) naquele momento tinha, na avaliação de Roberto Monte, um objetivo claro: equilibrar, pelas mãos de um político mais ‘à direita’ – no caso, Aluizio Alves –, os feitos que Miguel Arraes e Djalma Maranhão, considerados mais ‘à esquerda’, estavam promovendo em Recife e Natal. “Lincoln Gordon é que dava a linha e ele trabalhava o que chamava de ‘ilhas de sanidade’, que era você contrapor o pessoal mais progressista com o pessoal mais conservador”, resume Monte, referindo-se à atuação do embaixador dos Estados Unidos no Brasil à época. De fato, era a Guerra Fria se manifestando em terras nordestinas.

Mas o que Paulo Freire tem a ver com tudo isso? Nessa época ele participava ativamente dos movimentos de cultura e educação popular que aconteciam em Recife e fazia por lá as primeiras tentativas com o seu novo ‘método’ de alfabetização. Foi quando recebeu – e aceitou – o convite para massificar essa experiência em Angicos, no estado vizinho, com o tal dinheiro da Aliança para o Progresso. “O governador do Rio Grande do Norte, que era Aluizio Alves, mandou o Secretário da Educação dele ir até Recife perguntar se Paulo alfabetizaria um município deles lá, que era exatamente Angicos. Aí Paulo disse: ‘sim, para mim não tem problema’. O governador o chamou para conversar. Paulo diz: ‘Olha, agora eu vou dizer as minhas condições. Eu alfabetizo Angicos, a população que tiver lá. Se o senhor tem a intenção de que aprendam a ler e escrever para votar no senhor, eu vou lhe dizer que não vou permitir que durante o processo o senhor apareça lá fazendo proselitismo político’”, conta Nita Freire, professora, autora de vários livros sobre educação e viúva de Paulo Freire. Segundo ela, apesar da “delicadeza” que caracterizava o educador, o recado foi claro, principalmente porque ele estava, de fato, um pouco “melindrado” com a origem do recurso que financiaria o projeto.

O incômodo, no entanto, não foi suficiente para que Freire recusasse a proposta. Na entrevista que deu a Roberto Monte, Moacyr de Góes conta que, quando receberam essa notícia, ele e outros militantes

A expressão ‘reformas de base’ resumia os principais pontos do programa de governo do presidente João Goulart, que assumiu em 1961 e foi deposto em 1964. Capazes de mobilizar boa parte da população trabalhadora – e serem pretexto para a acusação de que se organizava no país uma revolução comunista –, as reformas tratadas como prioritárias naquele momento eram a agrária, eleitoral, administrativa, bancária, tributária e educacional.

foram para Recife tentar dissuadir Paulo Freire. Como argumento, ele usou a metáfora do personagem bíblico que resolveu morar dentro de uma baleia: “Você não é Jonas. Não pode dirigir a baleia de dentro”, dizia Góes, apostando que a linha do projeto acabaria sendo dada pelos EUA. Convicto e insistente, segundo o relato de Góes, Paulo Freire respondia: “Eu tomo dinheiro do gringo e trabalho contra o gringo”.

De fato, na formatura dos adultos alfabetizados em Angicos, uma cena se tornou exemplar: integrante da comitiva do presidente João Goulart, que participou da cerimônia, o então comandante do IV Exército, localizado em Recife, general Castelo Branco, após ouvir as falas e entender o que tinha acontecido por ali, teria alertado que aquele projeto estava “criando cobras”. “A gente não pode ficar naquela de ‘é isso ou é aquilo’, porque chegou um momento em que também os gringos viram que aquilo ali era uma roubada para eles”, resume Roberto Monte. Segundo Nita Freire, durante o almoço que se seguiu à formatura, o general ainda teria perguntado diretamente a Paulo Freire se era verdade que ele era um subversivo, como se dizia por aí. “Paulo disse: ‘Senhor general, eu sou realmente subversivo. Porque eu luto contra todas as coisas que acho injustas contra o povo do meu país. Então eu sou um subversivo, não aceito tudo’. O general engoliu a coisa a seco, ficou mais um pouco e depois saiu. Aí Paulo disse: ‘Já estão armando o golpe’”, conta.

Um ano depois, em 1º de abril de 1964, veio o golpe que instituiu 21 anos de ditadura no Brasil. Castelo Branco tornou-se o primeiro presidente militar. Paulo Freire, como vários outros educadores, estudantes, artistas, intelectuais e políticos da época, foi preso, perseguido e exilado. Em Angicos, a população foi avisada de que deveria esquecer aquela experiência e queimar os cadernos usados no processo de alfabetização. “Eu digo: não vou queimar, vou guardar por lembrança”, conta Valdice Ivonete da Costa, que aprendeu a ler e escrever aos 16 anos nos círculos de cultura montados por Paulo Freire. E ela lembra que várias pessoas da sua turma fizeram o mesmo. “Todo mundo dizia: ‘Ai, meu Deus, tão boas as aulas de Paulo Freire e inventaram essa história’”, conta, lamentando que, se não tivesse acontecido tudo aquilo, mais gente teria se alfabetizado e continuado os estudos.

Ela própria tentou estudar mais, mas a mãe, acreditando nas mentiras que o governo militar espalhou sobre Paulo Freire e com medo de que se repetisse a história “do homem que não era nada professor e vinha para matar e carregar o povo”, a obrigou a sair da escola. Só bem mais tarde, Valdice conseguiu voltar. Estudou até a 5ª série, equivalente ao atual 6º ano. “Eu queria estudar para ser professora. Minha mãe era analfabeta, não sabia nada e eu não queria ficar do jeito dela. Queria seguir em frente, mas não deu. Ainda hoje eu tenho a lembrança de que eu perdi muita coisa, perdi demais. Se não fossem essas aulas de Paulo Freire, eu não sabia de nada, porque acho que eu não tinha começado a estudar não”, lamenta, orgulhosa, no entanto, de hoje conseguir receber e escrever mensagens de whatsapp, redigir receitas culinárias e ler a bíblia. “Era mais difícil porque eu era mulher. Mulher era para ir trabalhar na cozinha, lavar louça, varrer casa... Mas mulher não é para isso não: mulher é para seguir a frente, estudar, se formar”, defende.





Aos 72 anos, Valdice Ivonete da Costa, alfabetizada pelo projeto Angicos, coordenado por Paulo Freire, lê a mensagem de dia dos pais gravada numa caneca

Claro que não foi só Angicos: quando veio o golpe, Paulo Freire estava à frente do Plano Nacional de Alfabetização do governo João Goulart, uma iniciativa que, diferente do tom de campanha que até en-

tão todos aqueles projetos tinham, se tornaria política pública a ser desenvolvida em todo o país. “Isso não se realizou por falta de condições políticas. E o que determina a derrota é um erro de estratégia política, de se ter achado que seria possível construir uma agenda em torno das frações burguesas ditas modernizantes, que estariam propensas a um projeto nacional”, analisa Leher, fazendo referência ao apoio que boa parte do grande empresariado brasileiro deu ao golpe militar. “A burguesia aqui no Brasil não estava disposta a apoiar o projeto de uma escola republicana, laica, única, enfim, que assegurasse uma formação humana, com uma concepção de cidadania”, completa.

COBRAS CRIADAS

A ‘subversão’ de Paulo Freire em Angicos foi ensinar 300 adultos a ler e escrever a partir da sua própria realidade, o que pressupunha discutir as condições em que eles viviam. E tudo isso em tempo recorde – embora o projeto tenha entrado para a história como as ‘40 horas de Angicos’, Nita Freire garante que durou mais que isso, o que não elimina o mérito de ter sido mais rápido do que tudo que já se tinha visto até então. “Paulo dizia que não ia alfabetizar como muitos grupos e prefeitos desse Brasil afora, que ensinavam apenas a escrever o nome para poder votar. Ele dizia: ‘Não me interessa ensinar blá, blá, blá. Eu quero ensinar a escrever o nome para votar, mas consciente do ato que a pessoa está fazendo’”, explica Nita Freire, que completa: “Essa foi a grande raiva da elite e dos militares. Para Paulo, as pessoas se conscientizarem era começarem a saber da realidade, saber que eram analfabetas não porque Deus quis, mas porque estavam marginalizadas”.

A disputa por mais eleitores era, de fato, um elemento presente nos processos de alfabetização daqueles tempos já que a legislação proibia os analfabetos de votar. “O povo dizia que o governador, que era Aluizio Alves, trouxe esse Paulo Freire para dar essas aulas para fazer mais eleitores. E eu acreditei que foi, porque muitos não sabiam. Por mim, eu não sabia de nada e aprendi, graças a Deus, foi com ele”, diz Valdice. Hoje, aos 72 anos, ela já não se recorda dos assuntos que eram discutidos na parte das aulas que se relacionavam mais diretamente à “conscientização”. Mas lembra bem do orgulho que sentiu quando, aos 18, emitiu o seu título de eleitora. “Fui tirar o título, aí eu assinei os documentos, tudo assinado. Primeiro o povo botava o dedo, porque não sabia ler. Mas eu já sabia ler. Agradeço a Paulo Freire, foi quem trouxe isso. E aí eu escrevia. Ainda tem gente hoje que bota o dedo. Eu digo: ‘Olha aí, se tivesse Paulo Freire, não tinha acontecido isso’”, diverte-se.

Além de ter aprendido a ler numa aula que nem era sua, outra testemunha viva da experiência de Angicos, Maria Eneide Araújo, também se orgulha de que, ainda muito pequena, sabia falar sobre “reforma agrária e lei da constituinte”. Ela não era matriculada no projeto de alfabetização, mas acompanhava os pais nas aulas e aprendeu de tudo um pouco. “Também existia uma aula muito boa, que se chamava aula de

politização. Com seis anos eu já sabia falar de reforma agrária, de lei, da Constituição e tudo eu aprendi nessa aula. Meus pais foram se alfabetizando e também aumentando o seu conhecimento do mundo”, conta, lembrando a história de um policial que estava se alfabetizando e descobriu, ali nos círculos de cultura, que tinha direito a férias. “As palavras geradoras estavam principalmente em torno da agenda das reformas trabalhistas e dos direitos dos trabalhadores do campo”, resume Leher.

PALAVRAS E REALIDADE DO POVO

Alfabetizar a partir das “palavras geradoras” – e não de uma cartilha com expressões previamente definidas – foi uma das inovações muito características do ‘método’ de Paulo Freire. “Primeiro foi colhido o nosso universo vocabular e eu acho que foi colhido todas as vezes que os monitores entravam nas nossas casas para conversar ou coisa assim”, conta Maria Eneide, remetendo-se à experiência de Angicos. A professora e coordenadora do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire da Universidade Estadual do Pará (Uepa), Ivanilde Apoluceno, explica a diferença: “No método tradicional, alfabetizar é juntar letras, né? É B com A, Ba, B com E, Be... E havia as cartilhas onde você tinha a palavra e memorizava as letras e as famílias fonêmicas. O Paulo Freire não trabalha nessa perspectiva, ele trabalha justamente com temas geradores dos quais vamos tirar palavras geradoras que são contextualizadas no universo dos sujeitos”.

Isso Valdice lembra bem. “A gente soletrava t, i, ti, j,o, jo, l, o, lo, tijolo. Tinha vários que, quando saíram, já sabiam mais ainda do que eu. Teve uns senhores mais velhos que parece que se interessavam mais do que a gente, porque a gente era jovem. Tinha um velho lá que dizia: ‘Pronto, tijolo, eu faço tijolo’. Ele vivia fazendo tijolo para fazer casa”, conta, explicando a escolha da palavra geradora da sua turma e que se repetiu em várias outras. Nita Freire resume: “Paulo ia descobrindo as palavras do povo”.

Essa era uma parte do processo. Antes desse exercício com as sílabas, diz a educadora, projetava-se a imagem de um objeto e, depois, o nome dele escrito. “Mostrava só o tijolo primeiro e perguntava: ‘O que é isso?’. Todo mundo no Brasil conhece tijolo, por mais humilde que seja. Aí depois se botava uma placa escrita e perguntava: ‘O que é isso aqui?’. Eles não sabiam e se colocavam juntas, a palavra escrita e a imagem, explicando que aquilo que estava escrito era tijolo. Então, depois se perguntava em quantos pedaços se divide essa palavra. E se mostrava que era possível fazer famílias com cada pedaço desses: do ti, eu posso fazer ta, te, ti, to, tu; do jo, ja, je, ji, jo, ju; e do lo, la, le, li, lo, lu. E mostrava como, combinando um pedaço daqui e outro de lá, eu vou formando palavras novas”, detalha. E completa: “Eles davam risadas quando conseguiam compor uma palavra”.

UMA CONSCIÊNCIA PARA CHAMAR DE ‘NOSSA’

Mas não era só. Ao se falar sobre tijolo durante a alfabetização, não passava despercebido o fato de que aquelas pessoas, em sua maioria, moravam na periferia, “em casas de barro ou de tábuas”, como conta Nita Freire. “Perguntava-se: ‘Para que serve o tijolo?’. O tijolo serve para se construir a casa. ‘E você tem casa de tijolo?’. ‘Não, eu tenho casa de massapê’. ‘Mas, por quê?’”, ilustra a educadora, imaginando um diálogo possível de acontecer durante as aulas com o ‘método’ freireano. “A proposta de Paulo era uma coisa fantástica: é perguntar, porque a resposta está na pergunta”, diz. E conclui: “Era esse o trabalho de conscientização”.

Um trabalho que, como destaca a professora da Uepa, nada tinha a ver com a tal “doutrinação” da qual Paulo Freire hoje é acusado por grupos ligados à extrema-direita. “Ele nega a doutrinação, nega a manipulação política, nega a manipulação do outro. O que ele trabalha é com a criticidade”, explica Apoluceno. E completa: “Ele se tornou alvo porque discute a educação como uma ação política”. O professor Walter Kohan, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), considera, inclusive, que mesmo a palavra ‘conscientização’ pode ser “contraditória com as ideias de Paulo Freire” já que, dependendo do sentido que a ela se atribui, pode significar o não reconhecimento dos saberes do povo – algo que o educador pernambucano valorizava muito. “A palavra conscientização é muito importante para Paulo Freire, sobretudo no início, mas depois ele deixou de usá-la pela interpretação equivocada que se fazia do termo”, diz.

Independentemente da expressão que se use, Roberto Leher considera que “a formulação de Freire nesse campo foi muito sagaz”. “É muito interessante sob o ponto de vista do trabalho de base. Porque reconhece que a população, os trabalhadores do campo, sobretudo no Nordeste, estavam imersos no que ele chama de uma ‘consciência intransitiva’ ou em uma ‘interação com uma transitividade ingênua’, que é o pensamento do senso comum”, explica. E exemplifica: “Nós temos que lembrar o peso que o determinismo e a fatalidade, muito difundidos por setores mais arcaicos da igreja, tinham naquele contexto. Coisas como: ‘É pobre porque Deus quis’. Havia uma subordinação da vida dos camponeses aos ciclos da natureza sem que eles tivessem meios tecnológicos para interagir com ela e transformá-la na perspectiva de melhorar suas condições de vida. Paulo Freire identifica de uma maneira muito brilhante, a meu ver, que era necessário interagir com esse pensamento intransitivo e fatalista. Ele chama isso de uma ‘transitividade crítica’, que significa compreender que todos os seres humanos são pessoas, que todas as pessoas têm direito à educação, à água potável, a um voto livre e não coercitivo, que não seja um voto de cabresto, entre vários outros”.

Mas o professor da UFRJ também identifica limites. Sua crítica é que, ao se demarcar o debate no campo das leis e direitos trabalhistas, por exemplo, tendo como horizonte político o programa das reformas de base, esse processo não caminhava no sentido de uma “consciência de classe” que pudesse ir além. “Não era uma consciência que permitisse um salto de compreensão sobre o capitalismo”, opina, explicando que, embora se expressasse na pedagogia freireana, esses limites eram da própria estratégia política da época. Nos estudos que fez especificamente sobre a campanha ‘De pés no chão também se aprende a ler’, Willington Germano também fez críticas sobre a falta de consistência teórica de algumas das ações desenvolvidas na época. “Eu falei que existia muito nacionalismo

e não existia claro um projeto de sociedade. E eu acho que essas críticas ainda se mantêm”, reconhece, mas pondera: “Eu quero salientar mais os pontos fortes desses movimentos, aos quais recorreremos ainda hoje. Se eles fossem tão frágeis assim, por que não se apagaram?”.

WEYDSON BARROS LEAL E HELDER FERRER. BRENNAND: DESENHOS. RECIFE: GOVERNO DE PERNAMBUCO/FUNCULTURA, 2003.

Imagens produzidas pelo artista plástico Francisco Brennand foram usadas no projeto de alfabetização de Angicos

OUTROS TEMPOS

O fato é que a ditadura chegou e, com ela, o “espírito do tempo” mudou. As experiências de cultura e educação popular que explodiam no Brasil foram desmontadas. O projeto de Angicos já tinha finalizado, mas, segundo Willington Germano, em Natal, as “escolas de pés no chão” que sobreviveram foram fechadas, as bibliotecas desmontadas, livros foram apreendidos, acampamentos foram incendiados. “Educação e cultura são alvos prioritários dos regimes autoritários” resume, completando: “Os sujeitos pagaram com cadeia, exílio e morte”.

No campo estrito da educação, o analfabetismo continuava um problema. E a principal estratégia para atacá-lo durante os governos militares foi o Mobral, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado em 1967 e ativado a partir de 1970, com a meta de eliminar o analfabetismo no país até 1975. De acordo com o verbete da Fundação Getúlio Vargas sobre o programa, sua “ineficiência” foi demonstrada pelo censo produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1980: na última década havia aumentado em 550 mil o número de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais no país. “Apenas 15% dos alunos do Mobral chegavam ao fim do curso de alfabetização, e o percentual que regredia ao estágio anterior era sempre alto, qualquer que fosse o método de estimativa”, informa o texto. Walter Kohan compara: “Era como uma antítese de Paulo Freire, um procedimento técnico e instrumental”.

Enquanto tudo isso se desenrolava por aqui, Paulo Freire, como tantos outros exilados, rodava o mundo: passou pela Bolívia, Chile, Estados Unidos e Suíça. Só voltaria ao Brasil em 1980, após a anistia. No exterior, escreveu muitos livros, que ampliaram a sua influência na educação para além da prática da alfabetização de adultos. Sua mais famosa obra, ‘A pedagogia do oprimido’, traduzida para mais de 30 idiomas, foi escrita em terras chilenas, em 1968.

No final da década de 1970, o educador foi chamado para reproduzir na África a façanha da alfabetização de adultos que tinha promovido em Angicos. Mas o resultado foi bem diferente. “Foi muito difícil”, conta Nita Freire, que explica: “Quando o Paulo é convidado para ir ajudar os países recém-libertados, que pertenciam até então a Portugal, 97% da população era analfabeta na língua portuguesa. Porque era a língua do colonizador, era a língua daquele que batia, dava chibatada e maltratava. Eles não queriam aprender aquela língua”.

No Brasil, a oportunidade que tinha sido abortada com o golpe, de atuar por dentro do Estado, desenvolvendo políticas públicas mais institucionalizadas, aconteceu finalmente em 1989, quando, já de volta ao país, Freire se tornou secretário de educação de São Paulo. Eram outros tempos: com a redemocratização, não apenas voltava a haver eleições como também o Partido dos Trabalhadores (PT), uma força política nascida da oposição à ditadura, ganhava a prefeitura de uma capital, a maior cidade do país. E como se não bastasse, a prefeita eleita era uma mulher nordestina: Luiza Erundina.

Com a democracia, viviam-se, novamente, tempos de esperança. Mas nem por isso as coisas eram propriamente fáceis. “Todos os dias a gente levantava para ler os jornais e saber o que eles estavam falando mal da gente”, brinca Lisete Arelaro, professora da Universidade de São Paulo (USP), que integrou a equipe de Freire na secretaria de





Na volta do exílio, Paulo Freire foi secretário de educação do município de São Paulo, no governo de Luíza Erundina

educação do município. Nita Freire lembra alguns casos curiosos. Segundo ela, houve reação negativa, por exemplo, quando se instituiu em São Paulo a aprovação automática no primeiro ano do ensino fundamental. “A reprovação no primeiro ano primário era muito grande, porque se o pessoal não se alfabetizava ficava reprovado”, conta, explicando que a preocupação de Freire era evitar que os pais desistissem de manter as crianças na escola e elas acabassem “na rua, ao deus dará”. A orientação dada aos professores de que evitassem marcar os erros das crianças com lápis ou caneta vermelha muito forte, para não assustar, mereceu, segundo Nita Freire, uma chamada num grande jornal impresso, que acusava o então secretário de não querer mais que os docentes corrigissem os erros dos alunos.

Associado a isso, Arelaro reconhece uma inexperiência em aspectos relacionados à gestão pública, própria de um partido que, até ali, praticamente só tinha funcionado como oposição. No balanço do que foi essa experiência, ela destaca como um aspecto positivo a maior democratização da gestão das escolas, envolvendo direções, professores, estudantes e responsáveis. “Eu digo com prazer que os professores e as professoras iam um pouco mais alegres para a escola, não era um ambiente tão opressor”, diz, ponderando: “Não que houvesse adesão total, não existe unanimidade e Paulo Freire não estava preocupado com isso”. Arelaro ressalta ainda a modificação do currículo para funcionamento em ciclos – e não mais em séries –, que seria uma experiência pioneira no Brasil. Ela avalia que o processo de construção foi interessante e criativo, mas a implementação propriamente só poderia ter acontecido numa segunda gestão, que não aconteceu, já que o partido perdeu a eleição seguinte. “Como nós estávamos saindo do governo militar, claro que a expectativa era que a gente fizesse em quatro anos tudo que não tinha acontecido nos últimos 50. Então, nem sempre você agradava todo mundo, nem tudo conseguiu ser feito”, avalia.

Apesar disso, Nita Freire considera “muito exitosa” a atuação do educador pernambucano à frente da gestão municipal em São Paulo, da qual ele saiu dois anos depois de assumir. Não deve ser por acaso que, entre os maiores feitos daquela época, costuma-se citar a criação do Mova, Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos. “Paulo Freire tinha clareza de que não adiantava você pôr simplesmente um cartaz na padaria da esquina dizendo: ‘Se você conhece um analfabeto, encaminha pra escola x’. Porque isso já não tinha dado certo”, diz Lisete Arelaro. De fato, tal como acontecera em Angicos, em São Paulo, a escola para os adultos tinha que ir até o aluno, o que significava estar dentro das favelas e conjuntos habitacionais, numa época em que nem sempre havia escolas construídas. “Tivemos salas até em cemitérios”, conta Arelaro, explicando que foi uma reivindicação dos coveiros, que alegavam não terem tempo de chegar em casa para estudar.

Por tudo isso, esse ‘retorno ao passado’ com a educação de adultos carrega também um acerto de rota: “Quando volta do exílio e cria o Mova, Paulo Freire já tem uma compreensão diferente da que tinha antes”, analisa Nita. A principal mudança, diz, é que tanto em Angicos

UMA RÁPIDA BIOGRAFIA

Nascido em Recife (PE), Paulo Freire fez faculdade de Direito mas não exerceu a profissão. Aos 23 anos, casou-se com a professora Elza Maia Costa Oliveira, que exerceu grande influência sobre suas opções pelo caminho da educação. Com cinco filhos, foram casados até a morte de Elza, em 1986. Até despontar nos movimentos de educação popular e cultura de Recife e no projeto de alfabetização de adultos em Angicos, Freire foi professor em escolas e na Universidade Federal de Pernambuco, onde ingressou com uma tese que já travava os primeiros debates do que viria a ser sua concepção sobre educação. Quando voltou do exílio, lecionou na PUC-SP e na Unicamp. Em 1988, casou-se pela segunda vez, com Ana Maria Araújo, conhecida como Nita Freire, também professora, que ainda hoje se dedica a divulgar e debater a vasta obra do educador. Paulo Freire morreu em 2 de maio de 1997. Ao longo da vida, recebeu vários prêmios e o título de doutor *honoris causa* por 27 universidades de todo o mundo. Em 2016, uma pesquisa constatou que ‘Pedagogia do Oprimido’ é o único livro brasileiro a constar da lista dos 100 mais pedidos pelas universidades de língua inglesa. Em 19 de setembro deste ano, Paulo Freire completaria 100 anos.

quanto em outras experiências que desenvolveu no Brasil na década de 1960, antes do golpe, ele levava uma “proposta pronta”. É verdade que os temas e palavras geradoras eram definidos a partir da observação da realidade do grupo que seria alfabetizado, mas o ‘modelo’ dos círculos de leitura já estava previamente dado. Mais de 25 anos depois, em São Paulo, “as condições históricas eram outras”. “Aqui na zona leste [de SP], tinha grupos e associações comunitárias que procuravam se organizar para ter a rua asfaltada, para ter água no bairro, para botar um posto de saúde... Então, esses líderes locais convidavam quem quisesse se alfabetizar. Eles iam para a Secretaria de Educação aprender como alfabetizar, sem ser a partir de cartilha”, descreve Nita. E resume: “Angicos era um projeto *para* o povo. Depois, no Mova, eles organizam os grupos e administram as aulas juntos, embora com a supervisão dos técnicos da Secretaria de Educação. Então, ele vai fazer *com* os analfabetos e não mais *para* os analfabetos”. Arelaro conclui: “A história não volta, ela se renova, se modifica, e portanto, para mim, a surpresa foi conhecer um Paulo Freire cuja primeira frase sempre foi: ‘Se você concorda com as minhas ideias, por favor, não as repita, as ressignifique’”.

Mas Nita ressalta igualmente aquilo que nunca mudou, nos muitos anos de trabalho de Freire com educação: “É comum a toda a vida de Paulo a preocupação com a dignificação das pessoas e com a democracia. Ele sempre quis que o povo brasileiro experimentasse condições dignas de humanidade, num regime democrático”, conclui. Foram opções que cobraram seu preço: no passado, o exílio; no presente, a perseguição de grupos de extrema direita que expuseram negativamente sua imagem em manifestações e até tentaram aprovar no Congresso o Nacional um Projeto de Lei (nº 1.930/2019) que lhe retirasse o título de patrono da educação brasileira. “Todos aqueles que não se sentem de forma alguma incomodados com o sistema em que vivemos, que acham que está tudo bem, que as coisas são como são porque alguns têm mais méritos, mais sorte ou porque se esforçam mais do que outros, só podem ver em Paulo Freire um inimigo”, resume Walter Kohan. O

EDUCAÇÃO POPULAR NA SAÚDE

No SUS, as sementes de Paulo Freire e de outras experiências têm ajudado a mudar a relação entre profissionais e usuários

Cátia Guimarães

Herdeiro da concepção de Paulo Freire, se desenvolveu e cresceu no Brasil um movimento que reflete e aplica os princípios da educação popular no campo da saúde. A ideia é de que essa concepção também pode influenciar os diversos espaços envolvidos no processo de saúde e doença, inclusive as unidades de saúde. “A grande herança de Paulo Freire é o enfrentamento da **educação bancária**, que na saúde se apresenta também na forma da educação sanitária, de uma concepção firmada na ideia de que é preciso transmitir conhecimentos para que a população mude seu comportamento, higienizando-se melhor, alimentando-se melhor, sem levar em conta a realidade e as histórias, culturas e condições materiais de vida das pessoas”, explica Grasielle Nespoli, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Para Fabiana Silva, agente comunitária de saúde (ACS) do município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, ter passado pelo curso de Educação Popular em Saúde (EdPopSUS), coordenado nacionalmente pela EPSJV/Fiocruz, provocou uma verdadeira transformação das suas práticas. “No início da minha atuação como ACS, toda orientação que a gente recebia era voltada mais para uma visão sanitarista de cuidado e de metas a serem alcançadas, como se a gente já tivesse um roteiro para fazer a visita domiciliar. Quando a gente ia até a casa dos usuários cadastrados, principalmente dos grupos mais específicos, como hipertensos, diabéticos, acamados, eu me via muito com um olhar de cobrança porque era o que havia aprendido”, relata. Ela conta que, logo que chegava aos domicílios, perguntava se o usuário estava tomando a medicação e, se ele respondesse negativamente, encaixava uma sequência quase automática de perguntas e procedimentos: questionar o motivo, reagendar a consulta com o médico para uma possível troca de remédios e assim por diante. “Hoje, se a gente chega e algum usuário fala que a medicação não está fazendo bem, as perguntas são diferentes. A gente consegue ouvir melhor sobre o que pode estar contribuindo

No livro ‘Pedagogia do Oprimido’, Paulo Freire chama de ‘educação bancária’ aquela prática que vê os educandos como “depositários” de um conhecimento doado pelo professor. Nesse caso, a educação é tratada como uma relação entre um sujeito que sabe e, como se estivesse num banco, “deposita” esse conhecimento em recipientes vazios – os educandos –, a quem caberia recebê-los, guardá-los e arquivá-los. “No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (...) equivocada concepção ‘bancária’ de educação. (...) Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber”, escreveu Freire.



Tenda Paulo Freire é parte da programação regular de congresso da Abrasco

para esse mal-estar. Será que ele está fazendo a medicação correta? Entendeu realmente o que o médico falou, o que ele tem, quais as reações possíveis? Além disso, será que o tratamento pode ser associado a outras formas de cuidado? Será que uma terapia não poderia ajudar nessa ansiedade?”, exemplifica, ressaltando que, com a educação popular em saúde, aprendeu a “valorizar o saber dos nossos usuários e fazer com que esses saberes contribuam para o próprio autocuidado deles”.

Essa mudança de percepção que a educação popular visa promover no campo da saúde, partindo da realidade concreta e do reconhecimento do saber de todos, diz respeito tanto à formação dos profissionais, nos mais diversos níveis, quanto ao trato com a população usuária dos serviços. “Por exemplo, diante do predomínio da concepção sanitária que culpabiliza as pessoas por suas mazelas, a educação popular vai tentar apontar, pela problematização da realidade, pelo esforço de uma análise totalizante, a ligação entre as coisas do mundo, rompendo com visões parciais e particulares, focais. Ela buscará tratar de questões concretas para mostrar que os problemas de saúde que afetam os indivíduos e a população são produzidos e determinados socialmente. Que no contexto do capitalismo, a desigualdade social, a doença e a precarização da vida são estruturais porque são condições necessárias para a acumulação de riquezas. E aí quando os trabalhadores percebem que fazem parte de uma estrutura maior, eles começam a se movimentar de forma crítica, buscando caminhos transformadores da realidade”, explica Nespoli, que exemplifica: “Ao invés de culpar o outro pelo lixo na calçada, pela dificuldade de cuidar da casa, pela sua hipertensão, pela tristeza e depressão que esvaziam os sentidos da vida, os trabalhadores da saúde começam a ter uma atuação mais ampla, envolvendo o diálogo, convocando a população à participação e à construção de saídas para enfrentar os problemas de saúde”.

Foi para promover e espalhar esse novo olhar sobre as relações entre profissionais e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que, por meio da portaria nº 2.761, em 2013 foi criada a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS). Uma das principais estratégias para sua implementação foi o projeto EdPoPSUS, que, como explica Grasielle Nespoli, uma das suas coordenadoras, visava “sensibilizar, difundir a educação popular, colocar a educação sanitária em xeque por meio de um outro fazer educativo”. Voltado para lideranças comunitárias e profissionais de saúde, principalmente ACS, quase 10 mil educandos do Brasil inteiro passaram pelo projeto entre 2016 e 2018, ultrapassando a meta inicial de 7 mil. Um deles era Fabiana Silva.

Além da formação propriamente dita, o projeto gerou encontros, mostras, material didático e um conjunto de livros que sistematizam a experiência, que podem ser acessados na íntegra no site da EPSJV/Fiocruz. Já sem o financiamento do governo federal desde 2018, o curso continua acontecendo pela Escola Politécnica e, de acordo com Nespoli, há previsão de se retomarem turmas por meio de convênios nas cidades de Belém e Manaus e nos estados do Maranhão, Rio de Janeiro e Sergipe. ○

100 ANOS DEPOIS: PAULO FREIRE HOJE

Educadores e pesquisadores defendem e praticam a atualidade da sua pedagogia

Cátia Guimarães

De Angicos a São Paulo, passando pela África: todas essas experiências ajudaram a formar a imagem que se tem de Paulo Freire no Brasil e no mundo. Mas usar os feitos na alfabetização de adultos como guia para contar a história desse educador pernambucano tem seus riscos. E o principal deles é limitar a um segmento formativo uma obra que tem ajudado gerações inteiras a pensar a educação como um todo. A crítica à educação bancária, que pensa no educando como um ‘pote vazio’, no qual se depositam conhecimentos; a defesa da escuta e do diálogo; e a compreensão de que é preciso partir da realidade concreta dos estudantes para ensinar para além dela são algumas das concepções freireanas que têm sido ‘aplicadas’ nas mais variadas práticas educativas. “Paulo Freire nos oferece uma possibilidade de pensar toda a educação e não somente o processo de alfabetização”, garante Anakeila Stauffer, professora-pesquisadora e ex-diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), que aconselha: “Ele é um daqueles educadores que precisam estar em nossa mesa de cabeceira”.

NA SALA DE AULA

Sua relação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no entanto, continua forte. Foi na experiência como professora da EJA na região metropolitana de Curitiba (PR), que Eliana Bastos resolveu que precisava “discutir na academia o que nós podemos fazer numa perspectiva freireana como professores contemporâneos”. Observando a dificuldade dos estudantes, que não conseguiam ler o letreiro do ônibus nem encontrar o nome na lista de presença, ela decidiu o tema do seu mestrado no Instituto Federal do

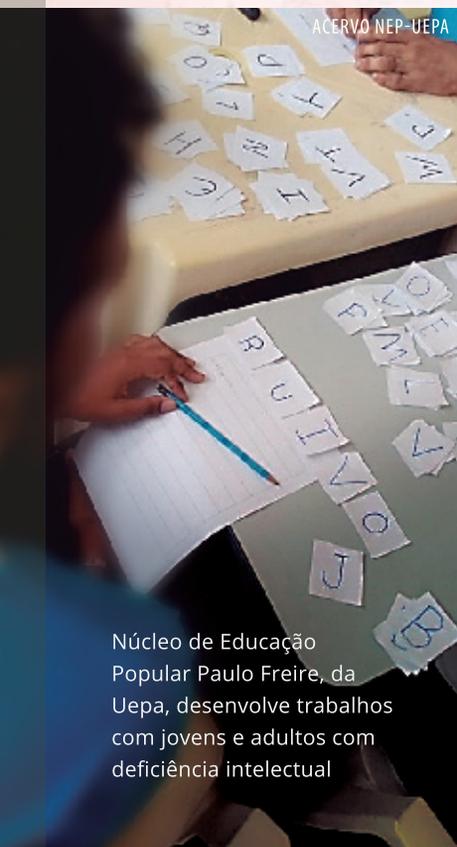
Paraná (IFPR), voltado para a educação profissional – no caso, a formação de professores. O resultado foi a construção de um manual para a prática docente na Educação de Jovens e Adultos ancorado na pedagogia de Paulo Freire. “É um manual com uma prática humanística”, define. Ela exemplifica: “Para além da prática de ensinar conteúdos, como uma equação do segundo grau, por exemplo, muitas vezes eu preciso ensinar a interpretação do enunciado da questão. Preciso sentar com esse educando e entender essa especificidade. Como professores humanísticos, temos que pensar em estratégias que nos permitam lidar com as condições concretas que esses educandos apresentam”.

A relação entre a formação dos adultos e a educação das crianças é um dos aspectos que Ivanilde Apoluceno, do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire da Universidade Estadual do Pará (Uepa), acha importante ressaltar quando se discutem os ‘usos’ da pedagogia de Paulo Freire. “Um adulto analfabeto não tem a compreensão do que são a escola e o processo de escolarização”, diz, contando que, numa pesquisa que realizou, constatou como as mães sentiam vergonha de não saber ler e, portanto, não conseguir orientar os filhos nas tarefas escolares.

Uma das experiências que Apoluceno desenvolve usando os “princípios metodológicos e estratégias” da pedagogia de Paulo Freire é no ensino de filosofia para crianças. Ela conta que, além do foco no diálogo, ali estão presentes os temas geradores, extraídos a partir da realidade dos estudantes, e, de modo geral, a valorização da experiência de vida deles. “Com as crianças, você tem outras coisas também a considerar, como o que é ser criança, porque



E também na Uepa crianças autistas aprendem com o método Paulo Freire



Núcleo de Educação Popular Paulo Freire, da Uepa, desenvolve trabalhos com jovens e adultos com deficiência intelectual

a infância tem outros elementos”, relata, e sintetiza: “Por isso que eu digo que não é um método engessado, são princípios teóricos e metodológicos pelos quais a gente trabalha com crianças e adultos, levando em consideração a faixa etária e sua experiência de vida”.

Mais recentemente, o grupo tem trabalhado também com crianças e jovens autistas. Embora a iniciativa tenha pouco tempo e tenha sido interrompida pela pandemia, Apoluceno já se permite um balanço positivo. “Nós observamos as crianças na sala de aula com o professor durante dois meses. Ficamos só observando tudo que a criança expressava, a que ela reagia, o que gostava, pelo que se interessava, o que não gostava... A gente registrou tudo, fez um perfil do aluno e, a partir daí, fez um plano de trabalho não só individual como coletivo também. Isso é um ponto fundamental porque Paulo Freire trabalha com educação como comunicação, então a aprendizagem precisa ser interação com o outro. Foi fantástico! As crianças tinham atividades individuais em que não se comunicavam e hoje elas estão se comunicando, criança autista que não falava hoje está falando”, conta.

Pedagoga com experiência com a educação de crianças com deficiência, Stauffer também destaca como, mesmo nesse campo tão específico, o pensamento freireano pode ter contribuições importantes. “Tornar a pessoa com deficiência um ‘objeto da prática educativa’ é o maior desserviço que a escola e a sociedade podem fazer. Respeitar o direito de essas pessoas se dizerem para além da deficiência, compreendê-las como sujeitos históricos, seres de cultura, é fundamental para podermos atuar na educação junto a elas”, diz.

NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Também na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o grupo de pesquisa em educação, etnia e economia solidária vem desenvolvendo iniciativas diversas inspiradas em Paulo Freire. O ponto de partida, conta o professor Paulo Palhano, foi reconhecer o território e os segmentos suscetíveis a ações educacionais que existiam por lá. Com isso, eles vêm desenvolvendo ações voltadas para a própria comunidade universitária, para educadores da rede pública, movimentos sociais camponeses e uma comunidade indígena. Os resultados são os mais variados: foi criado um prêmio

para professores da rede, uma rádio web universitária, um periódico científico para artigos com uma perspectiva freireana, uma biblioteca indígena potiguara com mais de 300 títulos dentro da biblioteca municipal e um processo continuado de interação de conhecimentos com a comunidade indígena.

WEYDSON BARROS LEAL E HELDER FERRER. BRENNAND: DESENHOS. RECIFE: GOVERNO DE PERNAMBUCO/FUNCULTURA, 2003.

No passado, desenhos de Francisco Brennand ajudaram a alfabetizar com as ‘palavras do povo’



Segundo Palhano, essa troca de saberes tem acontecido tanto pelo incentivo à participação dos indígenas nos eventos científicos promovidos na universidade – todos ‘abertos’ por caciques ou pajés – quanto pela formação universitária de jovens indígenas que retornam para suas comunidades, além do atendimento a demandas específicas. O exemplo mais recente é a realização de um curso de língua e cultura tupi, que será desenvolvido pela universidade a pedido dos indígenas. “Os saberes se encontram”, diz Palhano.



COMO É QUE O POVO PODE ANDAR
COM OS PRÓPRIOS PÉS SE NÃO SE
RECONHECE A SUA CULTURA, OS
SEUS SABERES, A SUA PALAVRA?'

JOSÉ WILLINGTON GERMANO

Professor Emérito da UFRN

NA NOVA VELHA TEORIA

Esses são apenas alguns exemplos de experiências que multiplicam e atualizam a obra de Paulo Freire. Mas cada vez mais pesquisadores identificam também a contribuição do educador pernambucano para um debate muito atual, que vai além da pedagogia: a decolonialidade. Trata-se de reconhecer como uma forma de opressão a imposição de modelos, padrões e referências de conhecimento construídos no centro do capitalismo – principalmente na Europa – como explicativos de todas as sociedades. Essa crítica, que ganha nomes e formas diversas, costuma ser associada a autores clássicos como Frantz Fanon e contemporâneos, como Boaventura de Sousa Santos, entre vários outros. Mas, sem nenhuma pretensão de pioneirismo, há quem defenda que uma semente desse olhar se encontrava também no pensamento do educador pernambucano. “Paulo Freire tinha essa dimensão pós-colonialista, que vai se firmando ao longo do tempo, na medida em que isso se encerra na própria África, América Latina etc., e ele vai bebendo em outras fontes. Quando ele diz que se identifica com os ‘esfarrapados do mundo’, será que aí não está Fanon, com os seus ‘condenados da Terra’?”, indaga José Willington Germano, professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que completa: “Como é que o povo pode andar com os próprios pés se não se reconhece a sua cultura, os seus saberes, a sua palavra?”.

Ivanilde Apoluceno concorda. “Ele não fala de decolonialidade, mas traz a discussão do colonialismo e da necessidade de descolonizar as mentes e as práticas sociais, denunciando as opressões dos grupos culturais e sociais”, contextualiza, explicando que, embora não haja mais o colonialismo que ainda era relativamente forte quando Paulo Freire começa a despontar no Brasil, permanece uma espécie de “mentalidade colonial”. “Ele diz da necessidade de valorizar e reconhecer os saberes dos sujeitos de culturas historicamente negadas, é disso que hoje a decolonialidade trata”, resume. O

JUVENTUDE IMUNIZADA É DESAFIO

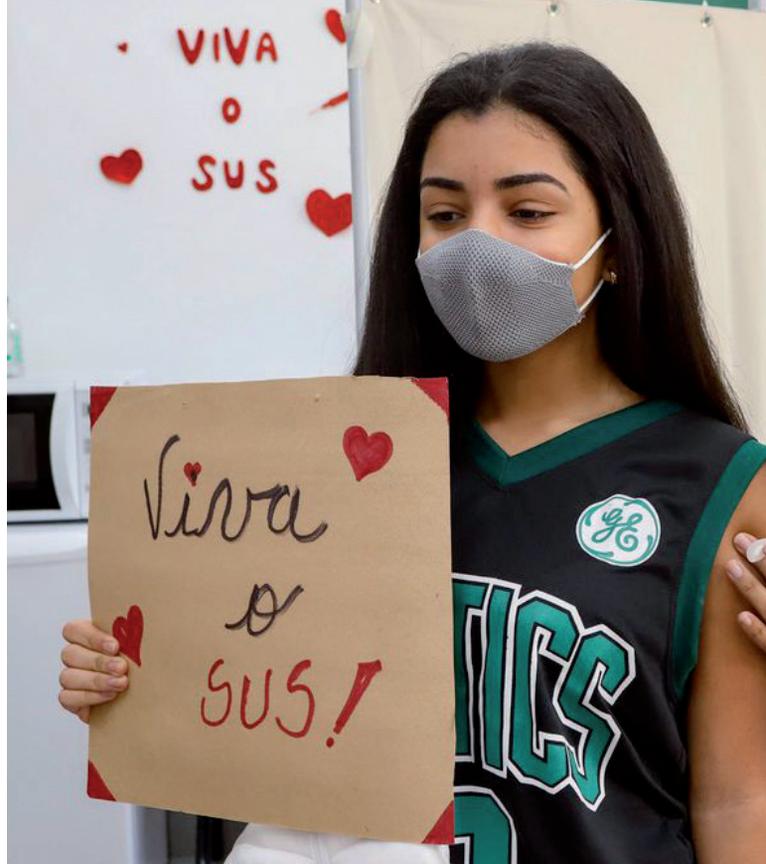
Taxa de vacinação cai proporcionalmente com o aumento da idade. Jovens são a parcela menos protegida no Brasil

Viviane Tavares

O *hit* da vacina Coronavac, do MC Fioti, ‘Bum bum Tam tam’ foi sucesso entre os mais jovens e ajudou, de forma espontânea, a popularizar e promover o imunizante para essa faixa etária. O próprio cantor declarou que sua música, que não foi feita de forma intencional, ajudou a unir o “funk à ciência”. Desse desdobramento, houve clipe na porta do Instituto Butantan como forma de homenagem aos trabalhadores da saúde, filtros no Instagram e milhares de novas reproduções da música em aplicativos. A Fundação Oswaldo Cruz também não ficou para trás e lançou a campanha ‘Se liga no Corona!’ direcionada aos moradores de periferias, em especial, os jovens. Entre as peças de divulgação, estão imagens para redes sociais como *whatsapp* e Instagram e até *podcast*. Por fim, no mês de agosto, o projeto Vacina Maré, também da Fiocruz, vacinou cerca de 31 mil pessoas do maior complexo de favelas do Rio de Janeiro, incluindo também o público jovem, que ainda não havia sido imunizado no restante do município. Entre os objetivos, estava avaliar como a vacina se comporta nessa faixa etária. Apesar de mais de seis meses de início da vacinação, somente em agosto, as primeiras cidades começaram a imunizar jovens contra a Covid-19. Até o fechamento desta reportagem, pelo menos 15 capitais já estavam nessa situação, entre elas Macapá, São Paulo, Manaus, Recife, Brasília e Porto Alegre.

Como se decide a fila da vacina

Na maioria dos países que estão com a vacinação em curso, como no Brasil, o calendário vacinal de combate à Covid-19 foi decidido priorizando-se aquelas pessoas que corriam mais risco de vida. Por isso os idosos e profissionais de saúde, estes por serem expostos diretamente ao vírus, foram os primeiros a tomar a vacina. No entanto, há exceções. Na Indonésia, por exemplo, o primeiro público-alvo



foram os trabalhadores mais jovens, com idade entre 18 e 59 anos. A justificativa do presidente, segundo anunciado à imprensa à época, era que a economia não podia parar e, por isso, era preciso vacinar o quanto antes a população em idade produtiva.

Também as pesquisas para a produção de uma nova vacina, historicamente, decidem por quais grupos populacionais devem começar os testes considerando o risco que a doença provoca em cada faixa etária. É o que explica Flávia Bravo, uma das diretoras da Sociedade Brasileira de Imunização (Sbim), justificando a opção da maioria dos países de iniciar os estudos e, por consequência, a vacinação de combate à Covid-19, pela população mais idosa. “Tudo depende do risco por faixa etária. Na realidade, quando você estuda uma vacina, quando verifica se há necessidade de proteção de uma população, você tem que saber a epidemiologia. Vou dar um exemplo: a doença pneumocócica não é de risco para o jovem saudável. Ele até tem pneumonia, na maioria das vezes viral, mas que não chega a representar risco de morte nem de internação. Se você está desenvolvendo uma vacina pneumocócica, está desenvolvendo para quem precisa. Quando começa os estudos clínicos, que são estudos caros, que tem que envolver cruzamento de pessoas, você direciona para aquela população-alvo”, detalha.

O professor do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP) e integrante da comissão de epidemiologia da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) José Cássio de Moraes destaca ainda uma particularidade no caso da decisão sobre a Covid-19. De acordo com ele, os estudos sobre vacina até o momento não foram idealizados para diminuição da transmissão e sim para a redução da gravidade dos



CRISTINE ROCHOL / SES SC

casos. “Estudos de redução de transmissão estão sendo feitos agora, baseados na aplicação em massa da vacina em países como Israel, Inglaterra e Estados Unidos. Inicialmente, ela foi testada para evitar casos graves, hospitalização, UTI [unidade de terapia intensiva] etc. Para isso, a recomendação era principalmente para os grupos que tinham maior gravidade da doença na época da circulação das variantes. Portanto, começou pelos idosos e agora está regredindo a sua faixa etária para, de acordo com esse objetivo, reduzir o número de hospitalização e reduzir, então, as mortes”, explica.

Moraes acrescenta ainda que agora os estudos de campo estão avaliando o comportamento da vacina para a redução de casos. “A gente já percebe que tem uma efetividade na [redução da] transmissão. Ela vai reduzir, e, em consequência, dar uma certa proteção para os indivíduos não se infectarem”, analisa.

O professor lembra também que o Brasil teve experiências distintas, por exemplo, no caso do combate à H1N1. Em 2010, explica Moraes, quando surgiu a pandemia da doença, os jovens ainda não tinham sido expostos ao vírus, diferentemente dos idosos, que já estavam protegidos, por meio de vacina e por infecções anteriores. “Então, o que se fez? Vacinou-se prioritariamente os jovens. Depois você vacinou os idosos também. É isso que tem que se analisar para tomar a melhor decisão. O importante é sempre avaliar a cada caso o objetivo de acordo com a epidemiologia. A partir daí, priorizam-se os grupos”, explica. E completa: “A indicação tem que se basear nesses critérios, não pode ser uma avaliação política, no sentido minúsculo da palavra, querendo atingir objetivos que as vacinas hoje disponíveis não se propuseram a alcançar”.

Neste ano, a estratégia contra o vírus Influenza foi a mesma. A primeira etapa da campanha, de acordo com site do Ministério da Saúde, contemplou profissionais de saúde, povos indígenas, gestantes, puérperas e crianças de seis meses a seis anos de idade, englobando, portanto, uma população mais jovem. Os idosos a partir de 60 anos e os professores foram vacinados numa segunda etapa.

Quais vacinas de combate à Covid-19 são direcionadas aos jovens?

Desde o início da pandemia, em março de 2020, diversos esforços em todo o mundo foram realizados para o desenvolvimento acelerado de vacinas seguras e eficazes contra a Covid-19. Segundo dados da plataforma ‘COVID-19 Open Living Evidence Synthesis to Inform Decision’, acessados em agosto deste ano, 428 vacinas estavam em desenvolvimento, 95 delas já na fase 3 dos ensaios clínicos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), atualmente, há 22 vacinas contra a Covid-19 aprovadas para uso por pelo menos uma Autoridade Regulatória Nacional, mas apenas seis estão aprovadas e incluídas na Lista de Uso Emergencial da OMS: a Pfizer/BioNTech, AstraZeneca/Oxford, Janssen, Moderna, CoronaVac e o imunizante da empresa Sinopharm. Do total de vacinas em desenvolvimento, 43 incluíram nos estudos clínicos pessoas com menos de 18 anos. Dessas, 12 se encontram na fase 3 dos ensaios clínicos.

De acordo com José Cássio Moraes, as seis vacinas hoje aprovadas estão liberadas para maiores de 18 anos. “Para os menores, de 12 a 17 anos, nós temos a Pfizer, que já está liberada para essa faixa etária”, informa. Na segunda quinzena de agosto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) rejeitou o pedido do Instituto Butantan para o uso da vacina Coronavac em crianças e adolescentes de 3 a 17 anos. As cidades de Rio Branco, Manaus, São Luís, Campo Grande, Rio de Janeiro e Boa Vista, até o momento em que esta reportagem foi finalizada, passaram a vacinar crianças e adolescentes. Já outras cidades começaram a vacinar adolescentes com comorbidades, como é o caso de São Paulo e Porto Alegre.

Fase 3 é a última fase de estudo antes da obtenção do registro sanitário e tem por objetivo demonstrar a sua eficácia. Ela se diferencia das etapas anteriores que já fazem testes em humanos pelo número de pessoas envolvidas. Nessa fase, a vacina frequentemente é administrada para milhares de pessoas, e, a partir daí, é possível conhecer mais dados sobre reações adversas em grupos distintos, como idosos, gestantes, jovens e crianças, de acordo com cada objetivo da vacina. Somente após essa etapa e com obtenção do registro sanitário é que o novo imunizante poderá ser disponibilizado para a população.

Outras vacinas para os jovens

A maioria das vacinas do calendário vacinal brasileiro é administrada nos primeiros anos de vida. Se a criança chegar à adolescência com o seu calendário de vacinação em dia, explica a nota do Ministério da Saúde enviada à reportagem, as vacinas recomendadas entre dez e 19 anos serão Hepatite B (HB recombinante); Difteria e Tétano (dT); Febre amarela; Sarampo, Caxumba, Rubéola (tríplice viral); HPV; Pneumocócica 23-valente e ACWY, contra meningite meningocócica. “O Ministério da Saúde esclarece que o principal desafio é fazer com que jovens busquem os postos de saúde. Mas a Pasta, por intermédio do Programa Nacional de Imunizações, vem desenvolvendo e intensificando estratégias necessárias para enfrentamento dos desafios e reversão deste cenário. Dentre estas, está o Movimento Vacina Brasil, lançado em 2019, para mobilizar a população quanto à importância da vacinação e necessidade de manter a situação vacinal atualizada, a fim de reduzir os riscos de reintrodução de doenças **imunopreveníveis** já eliminadas ou erradicadas no país”, diz o secretário da Secretária de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério, Arnaldo de Medeiros.

Segundo dados preliminares do Programa Nacional de Imunizações (PNI) referentes a 2021, a cobertura vacinal contra o vírus HPV, por exemplo, uma das principais direcionadas ao público jovem, no ano passado foi de 80% para a primeira dose e 58,5% para a segunda na população feminina de nove a 15 anos. Na população masculina de 11 a 15 anos, foi de 57,9% para a primeira dose e 36,4% para a segunda. Ambas estão abaixo, portanto, da meta nacional de 80% para as duas doses. “Na literatura, encontramos diversos fatores que têm sido associados à baixa cobertura vacinal de HPV como, por exemplo, baixo nível educacional, baixa renda, residência em zona rural, baixo acesso à informação e aos serviços de saúde e até barreiras interpostas por dogmas religiosos”, conta Lely Guzmán, da OPAS.

Flávia Bravo indica que a HPV, na realidade, é preventiva e necessária de ser aplicada antes do contato com o

vírus, por isso é importante ser administrada no público jovem. “Na rotina do PNI, a vacina é recomendada até 14 anos. E quem não tomou nessa idade é importante que tome, mesmo que depois da idade prevista não seja contemplada no sistema público, ainda que já tenha tido contato com o vírus. A gente não pode dizer que é uma vacina para o jovem, é uma vacina para qualquer um que possa se expor ao vírus. A vida sexual no Brasil hoje em dia gira em torno de 12 a 15 anos [de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, de 2015, do IBGE e Ministério da Saúde], mas continua vida afora”, apresenta e lembra: “Outra vacina que, na realidade, a gente dá ao nascer, mas é para evitar uma doença sexualmente transmissível, é a da hepatite B. Ela volta a ser cobrada quando a mulher está grávida, mas deve ser tomada em qualquer idade. É muito importante, é uma doença de transmissão sexual também e com uma **endemicidade** intermediária aqui no Brasil, que mantém as pessoas em risco o tempo todo, com potencial para evoluir para câncer hepático”.

Segundo a especialista, os jovens devem sempre estar vigilantes, mesmo enquanto a doença não se agrava nessa idade. “As principais vítimas da coqueluche são as crianças. No entanto, esses jovens serão pais e podem transmitir para seus bebês. É uma vacina que precisa de reforço a cada dez anos, porque a gente precisa manter proteção, nível de anticorpo alto. E com o tempo, o nível de anticorpo cai. As vacinas meningocócicas são fundamentais para o adolescente e para o jovem. Embora as principais vítimas sejam crianças, o adolescente e o adulto jovem têm um papel importantíssimo na transmissão. Por isso que o Ministério introduziu a ACWY aos 11, 12 anos. Não porque eles adoecem tanto, eles adoecem muito menos que as crianças, mas são quem transmite, são portadores assintomáticos”, indica.

De maneira geral, de acordo com dados do Sistema de Informações do PNI, a cobertura vacinal na faixa etária de 12 a 19 anos vem se reduzindo no Brasil. Em 2019, por exemplo, o número de vacinados nessa faixa era de 1,03 milhão. Em 2020, caiu para 738.598 mil.

Como é feito o estudo

As vacinas que serão aplicadas nos jovens são as mesmas que foram desenvolvidas para uso em adultos, informa a coordenadora da Unidade de Família, Gênero e Curso de Vida do escritório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da OMS no Brasil, Lely Guzmán. “Nesse caso, o que muda é o desenho de estudo, que é adaptado para incluir crianças e adolescentes. As crianças e adolescentes, assim como os adultos, receberão a intervenção – vacina ou placebo – e serão acom-

panhadas por um período para avaliação dos desfechos de interesse, sejam eles clínicos ou laboratoriais”, explica. De acordo com Guzmán, a priorização desse grupo para vacinação depende, principalmente, de dois fatores: a epidemiologia da doença e a disponibilidade de vacinas. O primeiro aspecto leva em consideração as características clínicas e epidemiológicas de manifestação da doença na população, incluindo a identificação de grupos que apresentam maior **morbimortalidade**.

As doenças imunopreveníveis são aquelas que podem ser evitadas por meio das vacinas já existentes (boa parte delas disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde). Entre elas estão a Catapora (varicela), Caxumba, Febre amarela, Gripe (influenza), Hepatite A, Hepatite B, HPV, Poliomielite, Sarampo, Tétano e Tuberculose. Deste grupo, tanto a poliomielite quanto o sarampo estão com baixa cobertura vacinal. O sarampo, inclusive, havia sido considerado erradicado no Brasil em 2016 pela OMS, mas voltou a atingir a população três anos depois. Em 2016, a taxa de cobertura vacinal era superior a 79%. Em 2019, declinou para 34,24% e em 2020, foi para 20,26%. No caso da poliomielite, nos mesmos anos, a taxa foi de 74,62% e 68,28%, respectivamente.

A endemidade é o caráter ou a qualidade endêmica de uma doença. A endemia ocorre quando a doença é recorrente em uma determinada região, no entanto, não há um aumento significativo no número de casos. A população convive com ela e já existem determinados cuidados para combatê-la. No Brasil, a dengue é considerada um dos principais exemplos.

“À medida que a vacinação avança e os grupos de maior risco são imunizados, espera-se observar uma redução progressiva da morbimortalidade da doença. Com isso, outros grupos passam a ser prioritários, como jovens, adolescentes e crianças. Quando as vacinas contra a Covid-19 forem disponibilizadas para pessoas menores de 18 anos, deve-se priorizar, inicialmente, aquelas que possuem comorbidades e maior risco de morbimortalidade. Isso porque ainda há escassez de vacinas mundialmente. Depois, quando os grupos prioritários estiverem vacinados, os demais poderão ser incluídos no processo de vacinação conforme a disponibilidade de doses”, explica Lely Guzmán.

Caminhos possíveis

Flávia Bravo indica ainda que esse problema não é particular do Brasil. “A vacinação dos adolescentes e jovens é um problema mundial. Para você arrastar um adolescente para médico é a coisa mais difícil do mundo, para tomar injeção, então, é muito pior. Tanto ao redor do mundo quanto, especificamente, aqui no Brasil, a gente já vê queda de cobertura quanto mais a criança cresce. E isso é mais importante ainda em relação aos adolescentes”, explica e acrescenta: “No Brasil hoje, na minha opinião, falta comunicação, falta uma estratégia mais inteligente ou mais pensada com foco no adolescente. Não adianta ameaçar com o risco da doença, o jovem funciona de modo modular, com sua turma, portanto, devemos voltar a pensar estratégias para formar a consciência deles, com debate nas escolas. E nós temos experiência com isso. Precisamos retomar essa mobilização”, sugere.

Em 2007, os Ministério da Saúde e da Educação (MEC) criaram o Programa Saúde na Escola (PSE). Instituído em

Vacinas indicadas no calendário para adolescente e jovens

1. Hepatite B
2. dT (Dupla tipo adulto)
3. Febre amarela
4. Tríplice viral (Sarampo, rubéola, caxumba)
5. dTpa (gestantes)
6. Influenza (grupos de risco)
7. HPV
8. Vacina meningocócica conjugada tipo C

2012, o programa propõe abordar com estudantes diversos assuntos como alimentação saudável, combate ao *Aedes aegypti*, práticas corporais e saúde ocular. Sua última edição, em 2019, tematizou justamente a imunização, com intuito de aumentar a cobertura vacinal no país.

O professor José Cássio Moraes concorda com a diretora da Sociedade Brasileira de Imunização e aponta que a questão se resume a uma cisão entre educação e saúde. “As duas deveriam trabalhar juntas. O jovem deve ter a capacidade de compreender a importância de ter saúde. Essa falta de sintonia entre a educação e a saúde, como se fossem coisas independentes em relação à saúde física e mental do jovem, dificulta um pouco esse processo de vacinação”, aponta. E reflete: “Como você não tem na escola um processo de educação do jovem e da família, falta uma campanha organizada e direcionada, além de uma articulação entre Ministério da Saúde com governos estaduais e municipais em relação à vacinação dos jovens”. Ele completa: “É difícil o adolescente ir a um centro de saúde, quem vai a um centro de saúde é grávida, idoso e criança pequena para vacinação. Diante disso, devemos avaliar se o centro de saúde é o melhor local para vacinar essa faixa etária. Nós podemos utilizar as escolas para vaciná-los, porque eles estão na escola. Então, esse processo exige uma integração melhor da área de educação com área da saúde, exige uma maior capacidade de divulgação da importância dessas vacinas por parte dos governos nos três níveis, para que você possa gerar uma motivação para que as pessoas possam se convencer da importância da vacina”, sugere. ○

“Morbimortalidade é um conceito complexo que provém da ciência médica e que combina dois subconceitos: a morbidade e a mortalidade. Podemos começar explicando que a morbidade é a presença de um determinado tipo de doença em uma população. A mortalidade, por sua vez, é a estatística sobre as mortes em uma população”.
Fonte: Ministério da Saúde.

'SE NÃO REVERTERMOS ESSE PROCESSO, CAMINHAREMOS PARA O COLAPSO AMBIENTAL'

Cátia Guimarães

MAYCON GOMES



Gostaria que você falasse sobre a relação entre as áreas de meio ambiente e saúde, que vêm se aproximando e constituindo uma espécie de 'campo' de estudos, de pesquisa e de atuação política. Quais são as principais pautas que aproximam essas áreas?

O campo de conhecimento e atuação da saúde e ambiente no Brasil tem uma longa história. Podemos citar ainda nas primeira e segunda décadas do século 20 as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz que, no enfrentamento das epidemias do litoral e das endemias identificadas com a descoberta dos sertões, revelavam as precárias condições de vida, moradia, trabalho e insalubridade das populações rurais. A descoberta da doença de Chagas, em 1909, pelo sanitarista Carlos Chagas, é uma importante referência da epidemiologia ambiental, uma vez que ele identificou todo o ciclo da doença, integrando as relações entre o ambiente, a ecologia humana e dos animais que eram reservatórios da doença, do vetor transmissor – o barbeiro – e do protozoário. Os relatórios de campo faziam uma descrição minuciosa de como as condições ambientais interferiam na saúde e na reprodução da vida, com extenso registro fotográfico.

De lá para cá, com o aumento das transformações nas áreas urbanas, periurbanas e rurais, novas alterações interferiram na dinâmica dos processos saúde-doença-cuidado, promovendo inclusive deslocamentos na medida em que estradas e aglomerados populacionais entram nas florestas e em outros ecossistemas, gerando alterações ecológicas e doenças emergentes. A maioria das novas doenças infectocontagiosas no mundo são zoonoses, resultantes do deslocamento de animais silvestres para os humanos, podendo passar de forma intermediária por animais de criação. O próprio Sars-CoV-2, o vírus da Covid-19, tem como hipótese atualmente mais aceita a origem em morcegos. As florestas e a biodiversidade são consideradas barreiras ecológicas, de proteção contra novos saltos zoonóticos. O campo da saúde e ambiente tem aprofundado os temas sobre biodiversidade, saneamento, agriculturas, impactos de grandes empreendimentos, agrotóxicos, mineração, vigilância em saúde e do desenvolvimento, saúde do trabalhador, das populações do campo, da floresta e das águas, clima e desastres, dentre outros.

ALEXANDRE PESSOA

Será a "extinção" do licenciamento ambiental no Brasil. Assim a nota da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Abrasco, define o que vai acontecer se o projeto nº 2.159, de 2021, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados e está sendo agora discutido no Senado, se tornar lei. Depois de tramitar por mais de 20 anos, o texto que institui uma lei geral do licenciamento ambiental finalmente avançou, mas não sem antes ser completamente descaracterizado, tornando-se o oposto do que defendiam pesquisadores, entidades e movimentos sociais ambientalistas.

Engenheiro sanitarista e professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fiocruz, Alexandre Pessoa ajudou a construir o posicionamento público da Abrasco e tem travado esse debate em todos os espaços possíveis. Nesta entrevista, ele mostra como o PL praticamente elimina o papel do Estado na regulação de obras de infraestrutura, energia elétrica, saneamento e instalações agropecuárias, entre vários outros empreendimentos que possam gerar impactos socioambientais e à saúde das populações. Além de detalhar as muitas 'armadilhas' embutidas no texto e exemplificar com tragédias e riscos reais, Pessoa alerta para o que considera um dos principais retrocessos do projeto: a separação, proposital, entre ambiente e saúde, ignorando-se os impactos mais ou menos diretos que as questões ambientais têm sobre a qualidade de vida das pessoas e as condições sanitárias do país.

Os impactos ambientais sobre a saúde das populações podem ser mais ou menos diretos e imediatos. Você pode dar exemplos?

Primeiro é importante destacarmos que os problemas da saúde não podem ser reduzidos somente às doenças, mas devem ser consideradas as determinações socioambientais da saúde. Por exemplo, o direito das populações ao acesso à água, à terra, ao trabalho, aos recursos naturais para existência em conexão com seus modos de vida é determinante para a saúde coletiva. O Brasil possui uma megabiobiodiversidade e uma ampla cartografia social que precisam ser preservadas pelo Estado. Grandes empreendimentos que visam à exploração das riquezas naturais, que se utilizam de estradas, indústrias, unidades geradoras de resíduos e de contaminação hídrica, contaminação do solo, atmosférica, dos seres vivos, dos ecossistemas, obras que modificam os cursos da água, como as barragens e transposições, ou seja, intervenções que podem reduzir a biodiversidade de forma irreversível e gerar problemas de saúde dos trabalhadores e processos de desterritorialização da população local que passam a ser denominados como atingidos, devem, portanto, ser regulados, licenciados e fiscalizados pelo Estado. Esses são exemplos concretos da relação entre economia, ambiente e saúde. O atual modelo de desenvolvimento tem gerado crises ecológicas, sanitárias, violências, pobreza, insegurança hídrica e alimentar.

Pensando diretamente na geração de doenças, vale lembrar que existem doenças relacionadas à pobreza mas também as doenças do desenvolvimento. A malária é um bom modelo explicativo pois, apesar de ter como causa imediata um protozoário transmitido por mosquito, o número de casos se agrava na medida em que ocorrem alterações drásticas no ambiente, seja pela construção de barragens, seja pelo aumento do desmatamento. Por isso, é necessário compreendermos as ‘causas das causas’ e suas forças motrizes, senão ficamos na crise dos sintomas, sem reconhecer suas determinações. A exposição frequente a diversos tipos de agrotóxicos que estão no ambiente, no ar, no solo, nas águas e nos alimentos, com o passar dos anos e de forma invisível, pode gerar inúmeras doenças crônicas, tais como alergias respiratórias, lesões hepáticas e renais, efeitos neurotóxicos, cânceres, dentre outros. O ‘Dossiê Abrasco - os impactos dos agrotóxicos na saúde’ é uma importante referência no tema, entretanto a autorização de novos produtos tem aumentado, desde 2019, de forma exponencial no país. A poluição atmosférica gerada pelo aumento exponencial de incêndios que têm ocorrido em grandes extensões no Brasil, além da destruição ambiental, é um grave problema de saúde pública, uma vez que pode causar inúmeras doenças respiratórias, processos alérgicos e inflamações pulmonares, insuficiência respiratória, problemas cardiovasculares, cânceres e várias outras. As interações desses diversos problemas de saúde diante da crise sanitária configuram um efeito sistêmico de aumento da vulnerabilidade socioambiental, que denominamos de sindemia.

A criação de uma Lei Geral do Licenciamento Ambiental é, originalmente, uma demanda de grupos militantes e pesquisadores ambientalistas. Por quê?

Uma lei geral de licenciamento ambiental já foi objeto de debates com intuito de estruturar melhor e padronizar em termos gerais o licenciamento no Brasil para que se evitasse exatamente

te o processo de fragilização das legislações estaduais e municipais. Entretanto, essa proposta foi capturada e invertida de forma oportunista, em plena pandemia, por meio de um PL [projeto de lei] movido pelos interesses de corporações privadas sem preocupação socioambiental, eliminando completamente uma estratégia de sustentabilidade de atendimento às necessidades coletivas e de aperfeiçoamento da legislação ambiental. Isso infelizmente visa eliminar a proteção do Estado e reduzir custos de forma que os investimentos, inclusive internacionais, possam avançar sobre unidades de conservação ambiental e territórios de comunidades tradicionais que são verdadeiras protetoras do meio ambiente. As terras indígenas e quilombolas são mais protegidas pela legislação vigente e quando o Estado não cumpre o seu papel de proteção, os povos tradicionais se mobilizam em redes, denunciando junto ao Ministério Público e à imprensa nacional e internacional as ações criminosas de avanço sob suas terras por fazendeiros, madeireiros, grileiros, garimpeiros, dentre outros.



AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE PRECISAM SER FORTALECIDAS, CASO CONTRÁRIO OS IMPACTOS SÃO AVASSALADORES SOBRE A SAÚDE, A VIDA DAS POPULAÇÕES E O PRÓPRIO SUS

A nota emitida pela Abrasco sobre o PL 2.159/2021 cita recentes tragédias como a queda da barreira de Brumadinho e Mariana, derramamento de petróleo no mar, incêndios no cerrado, desmatamento da Amazônia e até o avanço da monocultura baseada em agrotóxicos como exemplos de situações que demandam uma boa Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Como o licenciamento ambiental pode prevenir ou minimizar os impactos de tragédias como essas ao meio ambiente e à saúde?

O licenciamento ambiental é um dos pilares da Política Nacional de Meio Ambiente, instituída em 1981, que estabelece diversas exigências para que os empreendimentos possam comprovar, por meio da apresentação de estudos técnicos, sua viabilidade de implantação, bem como cumprir seus condicionantes de operação, que incluem a definição das áreas de influência previstas para implantação e expansão, os recursos naturais utilizados, os padrões de lançamento de resíduos, medidas mitigadoras ambientais e compensatórias para as populações locais, entre outros. Em resumo, os condicionantes são o atendimento a todos os requisitos estabelecidos na etapa de autorização do empreendimento. A proposta desse PL, acrescida de diversos outros projetos de lei que estão tramitando em caráter de urgência no Congresso Nacional relativos às restrições dos direitos dos povos indígenas, faz parte da mesma estratégia neoliberal de desmonte dos órgãos de controle ambiental que tem inviabilizado cada vez mais o papel fiscalizador do Estado, conforme descrito na nota da Abrasco. Essa fiscalização deve ser efetiva para instalações, unidades

de extração, transporte, produção e infraestrutura já licenciadas, bem como é necessária para enfrentar ações irregulares e criminosas, a exemplo do garimpo em terras indígenas, que forma enormes crateras nas florestas a olhos vistos, em total descumprimento da Convenção de Minamata, acordo internacional que determina a retirada do mercúrio da atividade humana. Como o Brasil é signatário dessa Convenção, isso deveria envolver ações efetivas, integradas e urgentes dos governos federal, estadual e municipal. Caso contrário, além da ingestão de peixes contaminados pelas populações indígenas, ribeirinhas e de cidades próximas, os conflitos e violência se ampliam.

As tragédias citadas na nota da Abrasco são evidências de que as políticas públicas de meio ambiente precisam ser fortalecidas, caso contrário os impactos são avassaladores sobre a saúde, a vida das populações e o próprio SUS. Quando falamos da estratégia da promoção de territórios sustentáveis e saudáveis, estamos afirmando que as ações preventivas de proteção ambiental e de promoção da saúde diminuam danos, as doenças e agravos à saúde e reduzem de forma significativa a demanda por assistência à saúde, os custos de medicamentos e as internações hospitalares.

Faz uma avaliação geral sobre esse Projeto de Lei para a gente?

A flexibilização e a fragilização da legislação ambiental já vêm ocorrendo no Brasil há algum tempo, a exemplo da revisão do Código Florestal. Mas esse PL que tramita agora no Senado está sendo questionado por parlamentares, inúmeras entidades e movimentos sociais porque representa um risco de extinção do licenciamento ambiental no Brasil. O PL possui em todo o seu corpo um conjunto de mudanças no arcabouço legal que fere de forma frontal os princípios da prevenção, da precaução e da participação social. Um exemplo central disso está na proposta da Licença de Adesão e Compromisso, que instaura em nível federal o autolicensing. Se aprovado, isso permitiria que licenças de empreendimentos passassem a ser emitidas automaticamente, sem estudo ambiental e sem a análise específica pelo órgão ambiental considerando as demandas de recursos naturais e dos estudos dos impactos socioambientais das diversas atividades

potencialmente poluidoras. Na verdade, essa autodeclaração não deveria ser considerada nem uma licença e nem mesmo uma autorização, mas apenas um cadastro registrando sua existência. Isso se configura como um grave retrocesso pois retira de forma significativa o dever do poder público de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, conforme prescrito no Artigo 225 da Constituição Federal. Caso esta proposta seja aprovada, poderá ocorrer um efeito cascata para as instâncias estaduais e municipais, uma vez que poderá se configurar uma concorrência entre os governos para serem menos criteriosos e exigentes, passando com isso a terem maior atratividade aos empreendimentos impactantes, aumentando a vulnerabilidade socioambiental. Além disso, os efeitos dessas alterações estarão em dissonância com diversos acordos internacionais, como a Convenção 169 da OIT [Organização Internacional do Trabalho], a Agenda 2030, em praticamente todos os seus ODS [Objetivos de Desenvolvimento Social] e o Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, o que poderá trazer desgastes de repercussão internacional.

A palavra 'saúde' aparece uma única vez no texto do PL, no artigo 15. Da mesma forma, entre os termos definidos no projeto aparecem "impactos ambientais" diretos e indiretos, mas não aparece nada relacionado ao "impacto à saúde". Falta a área da saúde no PL?

Considero esse um dos problemas centrais. Mesmo diante de uma pandemia, dos riscos de saltos zoonóticos, de doenças emergentes decorrentes das graves alterações dos ecossistemas, o PL não traz sequer uma previsão normativa que estabeleça de forma preventiva a necessidade de avaliação de impacto de empreendimentos sobre a saúde humana nem sobre as mudanças climáticas. Pelo contrário, o PL traz uma redefinição de impacto ambiental que elimina por completo as referências à saúde e ao bem-estar e às condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, que constavam do Artigo 1 da Resolução Conama [Conselho Nacional do Meio Ambiente] nº 01, que é de 1986. A consequência é que essa proposta criaria barreiras que dificultariam a atuação do setor de saúde pública para eliminar ou reduzir impactos negativos às condições de vida, de trabalho e de saúde nos territórios. Metodologias como Avaliação de Impacto à Saúde, preconizadas pela Organização Mundial da Saúde e mesmo pareceres e equipes interdisciplinares entre saúde e ambiente deveriam ser fomentadas para melhor qualificar e detalhar estudos ambientais e com isso trazer mais segurança ambiental, sanitária, econômica e jurídica. Infelizmente, o país, em vez de avançar, se aprovar este PL, retrocederá em mais de 30 anos.

Os artigos 8º e 9º do PL listam uma variedade de empreendimentos que não precisarão mais de licenciamento ambiental. Qual a justificativa para essas exceções?

É uma lista extensa de exclusão de atividades ao licenciamento que incluem iniciativas de caráter militar, obras de infraestrutura, instalações elétricas, sistemas e estações de tratamento de água e de esgoto, cultivos agrícolas e atividade pecuária, dentre outras. Essa proposta injustificável utiliza o argumento da necessidade de celeridade dos processos, quando na verdade o licenciamento precisa considerar diversas etapas que devem incluir a participação social, inclusive na realização de audiências públicas que possam qualificar o detalhamento dos estudos e projetos. São necessários urgentes investimentos e autonomia da atuação dos órgãos de controle ambiental a fim de termos resultados eficazes para o licenciamento e a fiscalização que impeçam danos socioambientais e consequentes processos e instabilidades sociais e jurídicas.

Todas as exceções listadas no artigo 9º dizem respeito mais diretamente à atividade agropecuária. Existe uma razão para esse foco?

Esse direcionamento para atividades agropecuárias indica a possibilidade de o PL buscar atender aos interesses de setores do agronegócio com intuito de expandir suas fronteiras de exploração da natureza e de extensas monoculturas dependentes de agrotóxicos, transgênicos e de fertilizantes sintéticos. Estamos diante de um modelo neoeextrativista nocivo e insustentável.

O licenciamento ambiental no Brasil é comumente tratado como demorado e burocratizado. A aceleração desse processo é defendida muitas vezes como de interesse público, quando se trata de obras que beneficiariam as populações locais, como de saneamento, por exemplo. Esse diagnóstico é verdadeiro?

Somente fazem parte do licenciamento empreendimentos que se utilizam de recursos naturais ou potencialmente poluídos. A flexibilização da legislação ambiental para gerar aceleração deve ser traduzida como a fragilização dos estudos técnicos que exigem o licenciamento ambiental, que por sua vez é uma função intransferível do Estado. No caso dos sistemas e estações de tratamento de água e esgoto, os sistemas de irrigação precisam considerar a insegurança hídrica e as estações de tratamento de esgoto precisam ser eficazes e terem estudos de concepção e projetos seguros. Por exemplo, aquelas que recebem para tratamento em uma mesma tubulação o esgoto sanitário da região com águas pluviais, denominados sistemas de captação de tempo seco, trazem maiores riscos sanitários com relação ao sistema separador absoluto que separa, desde a coleta, somente o esgoto sanitário. Dessa forma, a captação de tempo seco tem poluído os corpos hídricos nos períodos chuvosos. Portanto, deveriam ter uma análise mais criteriosa para serem licenciadas mas, ao se retirar a exigência do licenciamento, somente agravam-se os riscos de poluição e conseqüentemente à saúde.

É importante destacar também que o PL é marcado por inúmeros constrangimentos à participação popular. A possibilidade de audiências públicas remotas traria mais agilidade, mas impediria o direito ao contraditório da participação das populações mais vulneráveis e que são em grande maioria as mais atingidas. Diante da tragédia em Mariana e Brumadinho, do uso intensivo de águas pelas monoculturas, do desmatamento autorizado ou clandestino, não deveria haver dúvidas quanto aos graves impactos socioambientais negativos desses empreendimentos. Infelizmente, o Brasil é marcado por inúmeras experiências, processos, dossiês e pesquisas que comprovam isso.

Tal como outros pesquisadores, você destacou os impactos que essas mudanças propostas pelo PL podem ter sobre comunidades indígenas e quilombolas. Por quê?

O PL aumenta a vulnerabilidade socioambiental das populações das cidades, do campo, da floresta e das águas. No caso dos povos e comunidades tradicionais, ele piora o cenário na medida em que pretende desconsiderar no processo de licenciamento as terras indígenas que ainda não possuem demarcação concluída, bem aquelas que não possuem as áreas tituladas de comunidades remanescentes quilombolas. Isso é inconstitucional e um completo contrassenso, uma vez que cabe ao próprio Estado reconhecer os diversos territórios de ocupação tradicional cujos processos de homologação sofrem longos atrasos por falta de prioridade e por redução orçamentária. E essa omissão do Estado se traduz em conflitos e em violação dos direitos dos povos indígenas e comunidades quilombolas.

O PL determina que só se pode impor condicionantes ao empreendedor quando se estabelece o “nexo causal” entre o empreendimento e o impacto ambiental que ele poderia causar. No caso dos impactos à

saúde, muitas vezes o nexos causal é difícil de ser estabelecido porque é preciso esperar um tempo mais longo para se comprovarem as conseqüências. Nesse caso, como fica o princípio da precaução?

Ficam completamente comprometidos tanto o princípio da precaução, quanto o da prevenção. Isso é um golpe ao gerenciamento de risco, expresso nas legislações ambientais e de saúde pública, em especial da vigilância em saúde – por meio de seus programas de vigilância em saúde ambiental, epidemiológica, sanitária e saúde do trabalhador – construída com muito esforço de conhecimento, de organização sistêmica e de participação social, parlamentar e governamental. É mais uma tática de excluir o setor de saúde na identificação preventiva dos fatores de riscos à saúde. E, se for aprovado, os governos federal, estaduais e municipais terão que conviver com o aumento dos conflitos sociais e jurídicos diante dos danos gerados. Dependendo do tipo de impacto ambiental, são evidenciados problemas de saúde no curto ou no longo prazo, a exemplo de doenças crônicas decorrentes de exposição prolongada de poluentes. Isso exclui discussões sobre toxicologia, os efeitos sinérgicos e cumulativos da contaminação sobre a saúde ou mesmo os riscos de desastres que trazem graves transtornos de adaptabilidade, com sofrimento psicossocial.

A quem interessam essas mudanças no licenciamento ambiental?

Esse processo de fragilização e de desregulação do licenciamento ambiental interessa a setores do agronegócio, das mineradoras e de corporações nacionais e internacionais que desejam ampliar a exploração e expropriação de nossas riquezas naturais, dos nossos bens comuns, a partir de uma lógica neoextrativista. Os lucros são privatizados e concentrados e os prejuízos socializados, inclusive trazendo prejuízos para o Estado e as políticas públicas. Se não revertermos esse processo, caminharemos para o colapso ambiental. A emergência climática, o desmatamento, a perda da biodiversidade terrestre e aquática com acelerada extinção de espécies, a acidificação dos oceanos, a crise hídrica, a ampliação e a introdução de novos poluentes são graves desequilíbrios ecológicos que se retroalimentam. Desconsiderar essas evidências seria um negacionismo científico.

Foi amplamente divulgado e debatido recentemente um relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU, a Organização das Nações Unidas, que aponta os efeitos já perceptíveis das mudanças climáticas. O debate sobre licenciamento ambiental tem relação com isso?

Sem dúvida, os eventos climáticos e hidrológicos extremos, as alterações da ocorrência e movimentos dos ciclos das águas, as ondas de calor, o prolongamento de secas, intensificação de inundações, são derivados das mudanças climáticas, que estão cada vez mais recorrentes e com maior magnitude no Brasil e no mundo. A atual emergência ecológica e climática já era justificativa suficiente para que as políticas públicas brasileiras de proteção ambiental fossem cada vez mais exigentes com relação aos estudos e critérios de análise de viabilidade de novos empreendimentos, mas infelizmente estamos caminhando no sentido contrário, de aumentar os desequilíbrios ecológicos. A emergência climática é um problema não somente para as gerações futuras, mas para a atual e irá nos impor mais cedo ou mais tarde uma outra relação humanidade-natureza. O

UM OLHAR SOBRE OS PROFESSORES DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Qual o perfil, os desafios e as lutas contemporâneas dos docentes desse segmento no país em meio à pandemia de Covid-19 e a implementação da Reforma do Ensino Médio

André Antunes

Os professores vêm sendo uma das categorias mais afetadas pela pandemia de Covid-19. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgados em junho, o número de contratos de trabalho encerrados em razão da morte do profissional entre os trabalhadores da educação cresceu 128% entre janeiro e abril de 2021, na comparação com o mesmo período do ano passado. Foi de longe a categoria com maior número de contratos encerrados por esse motivo no período, segundo a entidade. A pandemia também trouxe como consequência o fechamento das escolas e as dificuldades da adoção do ensino remoto, que de acordo com sindicatos da categoria representou a ampliação da jornada de trabalho, afetando também a saúde mental desses trabalhadores. Isso sem falar em um contexto anterior, marcado por cortes orçamentários para a educação como um todo e, no caso do ensino médio, pelo avanço da implementação da reforma aprovada em 2017.

É em meio a esse cenário desanimador que será celebrado, em 15 de outubro, o Dia do Professor. Para marcar a data, a Poli traz, nesta matéria, um olhar específico sobre os professores do ensino técnico de nível médio no Brasil. Qual o perfil desses profissionais? Quais os desafios para o exercício da profissão em meio às mudanças trazidas pela Reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017? Quais os impactos e as especificidades da pandemia de Covid-19 para esses trabalhadores?

Perfis distintos

O professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) Dante Moura identifica perfis distintos de profissionais que atuam como docentes no ensino técnico de nível médio no país. “São três mundos diferentes: o da rede federal, o das redes estaduais e o da rede privada”, comenta. Segundo dados elaborados por ele a partir de informações da Plataforma Nilo Peçanha e do Censo da Educação Básica 2019 do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma primeira distinção se refere à formação. Entre os docentes dos institutos federais, Cefets e Colégio Pedro II, predominam profissionais com elevada

titulação: 85,4% são mestres ou doutores (52% mestres e 33,4% doutores). Os dados gerais referentes à educação profissional do censo do Inep, que incluem os docentes da rede federal que atuam na educação profissional e tecnológica, mas também os das redes estaduais, municipais, e privada, mostram um número bem mais baixo de professores com título de mestrado ou doutorado: 24,63%, sendo 18,1% mestres e 6,62% doutores. Predomina a especialização *lato sensu*, que responde por 40,6% desses profissionais.

“A soma de mestres e doutores na rede federal hoje em termos percentuais é muito próxima do que é nas universidades federais. A remuneração também é diferente, evidentemente. Na rede federal existe uma carreira, com um salário bastante razoável para as condições da sociedade brasileira, que varia em função da titulação. Há um incentivo para que haja essa titulação no nível de mestres e doutores”, diz Moura, complementando que o cenário muda bastante em outras redes. “Nas redes estaduais, a questão salarial já é completamente diferente. A média salarial é bem abaixo da rede federal. Nessas exige-se desse professor que ele seja, pelo menos, graduado, mas em geral não há incentivo para que esse profissional tenha formação continuada no nível de mestrado e doutorado. O nível de pós-graduação que existe nas redes estaduais é predominantemente os cursos *lato sensu*”, explica o professor do IFRN.

Outra distinção importante, segundo ele, se refere aos vínculos empregatícios. A precarização do trabalho é maior nas redes estaduais, que em 2019 concentravam pouco mais de 22,2 mil contratos temporários de um total de 27.259 então existentes entre os docentes da educação profissional. Segundo o levantamento realizado pelo professor do IFRN, nas redes estaduais a soma dos contratos temporários, terceirizados e CLT (33.123) ultrapassa o número de docentes concursados (27.390); enquanto na rede federal o número de contratos temporários, terceirizados e CLT (4.660) representou 16,1% do total de servidores (28.963).

Outro número do Censo da Educação Básica que chama atenção é o percentual de profissionais que atuam na educação profissional que são graduados, mas não possuem licenciatura: 40%. Essa é outra clivagem importante no perfil dos docentes que atuam na esfera pública. “Nós temos um grande problema nesse campo da formação de professores



DENIEL MELLO/ABR E LISA/PEXELS.COM

para a educação profissional”, ressalta Moura, complementando: “Não há cursos de licenciatura voltados para formar professor para educação profissional. Os professores licenciados foram formados para dar aula de língua portuguesa, de matemática, de história, química, física, biologia, no ensino médio propedêutico. Não é a mesma coisa você ser professor de matemática no ensino médio integrado a um curso técnico. Quando você está trabalhando para formar um técnico, a matemática vai precisar dialogar com aquela área”.

Além dos professores licenciados, há ainda um grande número de bacharéis e tecnólogos, diz Moura. “São os profissionais que atuam nas disciplinas técnicas. Alguém que vai atuar, por exemplo, como professor de um curso de eletrotécnica, fez uma graduação em engenharia elétrica, mas ele não estudou para ser professor. Ele se formou para ser engenheiro, e é transformado em professor sem ter passado por um processo formativo para isso”, afirma o professor do IFRN, para quem esse é um problema hoje tanto nas redes estaduais quanto na federal, ainda que nesta última seja menos acentuado. “Deveria haver um programa de formação continuada centralizado em nível federal no Ministério da Educação, mas não há. Não havendo, deveria haver em cada instituição, mas também não há. Esse problema se intensifica nas redes estaduais, porque as condições são mais difíceis para se implementar um processo de formação continuada”, diz Moura.

Na esfera privada, diz ele, a realidade é pior. “A denominação muitas vezes utilizada na rede privada não é nem de professor, mas sim de instrutor, que é aquele profissional que, por exemplo, domina um determinado fazer prático e termina virando um instrutor daquele fazer que ele domina, muitas vezes sem ter nem graduação nem licenciatura. Não é a maioria, mas acontece com alguma frequência”.

Um problema histórico

Para a professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Lucília Machado, a carência de professores devidamente qualificados para o exercício da docência na educação profissional e tecnológica é um problema histórico no país, que resulta da falta de uma “política coerente, consistente e contínua”. “Ministrar conteúdos sobre processos técnicos e suas relações com o trabalho humano tem suas exigências, principalmente porque envolve contradições, necessidades sociais, decisões envolvendo alternativas críticas. Por outro lado, a atualização em conhecimentos tecnológicos demanda interação com o meio, pesquisa, senso crítico, capacidade propositora e avaliadora, o que requer respaldo de formação sólida”, pontua Machado.

Não é preciso voltar muito no tempo para ilustrar a descontinuidade criticada pela professora da UFMG. Poucos meses após a aprovação da Lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu o decreto 2.208/97, destinado a regulamentar artigos da nova legislação referentes à educação profissional. O decreto separou a educação profissional e o ensino médio, o que na prática fez com que a exigência de licenciatura prevista pela LDB para os professores da educação básica não incidisse sobre a educação profissional. “Daí o perfil do professor da educação profissional seria principalmente de caráter prático”, diz Marise Ramos, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). “Isso ‘resolveu’ um problema que vinha sendo arrastado desde muito tempo, que era a falta de políticas específicas para a formação de professores na educação profissional”, diz ela.

Sete anos depois, continua Ramos, o problema foi recolocado no debate público pela apresentação do decreto 5.154/2004, que revogou o 2.208/97 e passou a permitir a integração do ensino médio com a educação profissional técnica de nível médio. “Ao permitir a integração entre os dois, ele recoloca a educação profissional no âmbito da

educação básica escolar. Nesse sentido, passa a reconhecer o professor da educação profissional integrada ao ensino médio, que precisa ter requisitos de formação docente, formação pedagógica”, afirma.

Que formação?

Assim, em 2006, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e o Inep promoveram o simpósio ‘Educação Superior em Debate: Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica’, cujo objetivo era sistematizar propostas e recomendações para a construção de uma política para a área. No ano seguinte, o Departamento de Políticas e Articulações Institucionais da Setec criou um grupo de trabalho reunindo pesquisadores e gestores que foi incumbido de elaborar uma proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação profissional, a ser encaminhada para deliberação do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Encaminhada ao CNE em 2008, a proposta do grupo de trabalho, segundo Lucília Machado, previa licenciaturas que poderiam ser ofertadas de quatro formas: para pessoas com diploma de graduação, com carga horária mínima global de 1,2 mil horas, constituídas por 800 horas de formação didático-pedagógica e 400 horas de estágio pedagógico supervisionado; integrado com curso de graduação em tecnologia, com carga horária mínima de 4 mil horas; para técnicos de nível médio ou equivalente, com carga horária mínima de 2,4 mil horas; e para concluintes do ensino médio, com carga horária mínima de 3,2 mil horas.

No CNE, foi acrescentada uma quinta possibilidade, que seria a habilitação para a docência por meio da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, desde que estruturados para atender às necessidades da educação profissional. Essa proposta estava alinhada com uma resolução de 1997 do CNE, que dispõe

sobre os programas especiais para a formação pedagógica de docentes para as disciplinas da educação profissional em nível médio, mas também do ensino fundamental e do ensino médio. Voltada para trabalhadores com curso superior e conhecimentos práticos em uma determinada área, a resolução permitia a oferta de cursos de licenciatura de 540 horas como forma de preparação para o magistério. Na saúde, a resolução serviu de base para a criação do **Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae)**.

“A proposta não foi para frente porque o CNE entendeu que primeiro tinha que definir as normas gerais para a formação de professores para toda educação básica em suas etapas e modalidades, para depois aprovar diretrizes específicas para a educação profissional”, resgata Francisco Cordão, ex-conselheiro do CNE que relatou a proposta das DCN para a educação profissional. “Só que demorou muito para se chegar a um acordo no Conselho, e as diretrizes para a educação básica foram aprovadas só em 2015”, lembra Cordão, que saiu do CNE em 2016.

Notório saber: precarização?

Naquele mesmo ano, no entanto, o governo do então presidente Michel Temer apresentou a Medida Provisória 746, que marcaria uma guinada nas políticas de educação voltadas para o ensino médio, com consequências profundas para a educação profissional. Aprovada pelo Congresso Nacional no ano seguinte – em meio a uma ampla mobilização de entidades estudantis, sindicatos de professores e associações acadêmicas – a MP se tornaria a lei 13.415, que instituiu a chamada Reforma do Ensino Médio. Entre outras medidas, a lei estabeleceu uma divisão do currículo do ensino médio em duas partes: uma comum a todos os estudantes, orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018, e outra orientada pelos chamados itinerários formativos, entre os quais a formação técnica e profissional.

A nova lei incluiu no texto da LDB a polêmica figura do “notório saber” como um critério para a contratação de professores para as disciplinas relativas a esse itinerário, abrindo a possibilidade de que profissionais com experiência profissional em determinada área, ainda que sem formação para a docência, sejam contratados como professores das disciplinas ligadas a formação técnica. Mais tarde, em janeiro de 2021, o CNE aprovou as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que trazem, no capítulo sobre a formação docente na EPT, artigo que estabelece que para atender ao itinerário de formação técnica e profissional criado pelo lei 13.415/2017 podem também ser admitidos para a docência profissionais com “notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou que tenham atuado profissionalmente em instituições públicas ou privadas, demonstrando níveis de excelência profissional, em processo específico de avaliação de competências profissionais pela instituição ou rede de ensino ofertante”.

Para Marise Ramos, a distinção criada pela introdução do notório saber na LDB cria um fosso entre o perfil de formação exigido dos profissionais responsáveis pela formação geral e os da formação profissional. “O perfil de formação dos professores da educação profissional é basicamente definido pela experiência profissional, e não pelo domínio científico e tecnológico daquela profissão e daquela área”, ressalta a professora-pesquisadora da EPSJV/Fiocruz,

Criado em 2000, o programa fez parte da estratégia do Ministério da Saúde para melhorar a qualificação, em todo o país, de cerca de 230 mil trabalhadores – atendentes e auxiliares de enfermagem que já atuavam no sistema de saúde – visando melhorar a qualidade dos serviços.

para quem a flexibilização da exigência de formação dos professores da educação técnica é um ponto que sinaliza uma orientação pelo barateamento da oferta de educação profissional pelo Estado.

Lucília Machado defende posição similar. Para a professora aposentada da UFMG, o encaminhamento dado ao tema do notório saber pela Reforma do Ensino Médio vem ao encontro da precarização da formação técnica e profissional oferecida aos estudantes brasileiros. “A adoção desse dispositivo é mais um dos ingredientes de reafirmação da escola dual e da desigualdade social”, critica. E complementa: “Tal medida provoca, mais uma vez, o adiamento da adoção de políticas sérias de formação de professores para a educação profissional e tecnológica. Ela representa a desvalorização da carreira docente e faz parte das estratégias destinadas a isentar o Estado de sua responsabilidade com a educação brasileira”.

Segundo Dante Moura, o notório saber é uma questão que ainda deve ser regulamentada pelas redes estaduais e pelos institutos federais. “Qual é o movimento que nós estamos fazendo na rede federal? Não fazer essa regulamentação. Mas eu tenho certeza que a maioria das redes estaduais vai regulamentar isso, porque a iniciativa privada já está pressionando”, aponta o professor do IFRN. Para ele, com a introdução do notório saber, a lei 13.415/2017 legalizou uma prática que, anteriormente, era ilegal de acordo com o texto da LDB, que era a contratação de profissionais que não tenham, no mínimo, a graduação, para ministrarem disciplinas da formação técnica. “Isso já era comum na rede privada, e agora é permitido por lei”, diz Moura.

A coordenadora-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe), Camila Marques, por sua vez, assinala que a reforma do Ensino Médio aprofunda um processo de pre-

carização do trabalho docente na educação técnica de nível médio de várias formas. Primeiro, pela introdução do notório saber como critério de contratação de professores, que para ela aponta para a desvalorização da categoria enquanto educadores, e pela precarização do trabalho e da qualidade do ensino, na medida em que abre caminho para a contratação de profissionais sem formação pedagógica e por meio de vínculos empregatícios sem estabilidade. Mas ela também destaca que um dos efeitos da implementação da reforma tem sido uma piora nas condições de trabalho de profissionais das disciplinas da formação geral que tiveram sua carga horária reduzida. “Com a reforma, os alunos só têm contato nos primeiro e segundo anos com algumas das disciplinas, como filosofia e sociologia, por exemplo. Em alguns locais têm só um semestre. Então o professor, para conseguir a carga horária mínima, precisa trabalhar em várias cidades, se deslocar para poder dar aula. É uma precarização muito grande para o trabalhador”, lamenta Marques. O

O impacto da pandemia

É difícil subestimar a dimensão dos impactos da pandemia de Covid-19 para a educação. Com o fechamento das escolas, estudantes e professores tiveram que aprender a utilizar ferramentas tecnológicas na esteira da implementação do chamado ensino remoto como forma de amenizar os prejuízos educacionais trazidos pela crise sanitária que instalou-se no país no início de 2020. No caso da educação profissional técnica de nível médio, destaca o professor do IFRN Dante Moura, a pandemia trouxe algumas consequências específicas. “A educação é uma prática social que foi completamente comprometida na pandemia para todos os níveis e modalidades profissionais. Entretanto, isso se agrava quando envolve uma formação em uma determinada área técnica, tecnológica, porque ela depende de uma atividade prática que não pode ser realizada durante a pandemia. Como é que você vai substituir uma aula em que o estudante precisa manusear um determinado equipamento para realizar um experimento?”, questiona Moura. Segundo ele, para minimizar a perda dos estudantes durante a pandemia, no IFRN os professores passaram a filmar experimentos no laboratório e compartilhar os vídeos com os estudantes. “Isso para que o estudante tenha, pelo menos, uma noção do que seria aquela aula prática. Mas é claro que isso implica um grande prejuízo”, ressalta. Segundo ele, mesmo tendo sido aprovados nessas circunstâncias, os alunos que tiverem interesse poderão realizar os experimentos por meio de um curso de formação inicial e continuada após a pandemia.

Segundo Camila Marques, do Sinasefe, a categoria foi muito impactada. “Ainda não temos dados concretos, mas em todos os espaços que a gente fez de discussão percebemos que a nossa categoria sofreu muito, ficou muito adoecida tanto fisicamente quanto do ponto de vista da saúde mental, com problemas como insônia, ansiedade, depressão”, diz a coordenadora geral do sindicato. E completa: “A gente tem alunos que cursaram 20 disciplinas à distância para cumprir uma carga horária integral, juntando ensino médio e formação técnica. Fazer essa adaptação para cursar esse número de disciplinas remotamente foi muito complicado, tanto para os professores quanto para os estudantes”. Para piorar, a pandemia chegou em um contexto de retração orçamentária para os institutos federais que vem se acentuando ao longo dos últimos cinco anos. O corte orçamentário chegou a 20% em 2021, em relação ao ano passado. “Em vários locais a gente simplesmente não tem recursos para retomar as aulas presenciais”, alerta Marques.

Merenda para quem?

Principal alimento para milhares de estudantes no país, merenda escolar ainda não é garantida em tempos de pandemia

Viviane Tavares

Ana Lucia Rodrigues é tia de um estudante matriculado numa escola do município de Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro. No mês em que a pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde chegou ao Brasil, em março de 2020, ela se deparou com uma realidade: crianças de sua cidade estavam passando fome e uma das razões era que elas tinham na escola – agora fechada – a única refeição garantida do dia. Junto com um pequeno grupo de outras mulheres, Rodrigues foi cobrar do secretário municipal de educação ações para que a merenda continuasse a ser fornecida. Com essa iniciativa, surgiu o Movimento ‘Mães de Itaboraí - Nenhum Direito a Menos’.

“Nós tivemos mais de três reuniões com o secretário de educação na época, sem êxito algum. Numa investigação que nós mesmas fizemos, descobrimos que a prefeitura tinha uma verba de R\$ 15 milhões para merenda e os estudantes ainda estavam naquela situação”, conta. Em novembro, relembra Rodrigues, cestas básicas passaram a ser distribuídas, como substitutas da merenda escolar. Elas continham dois quilos de arroz, um de feijão, um de farinha de mandioca, um açúcar, um leite em pó, um achocolatado, um óleo, um fubá, um quilo de macarrão, um extrato de tomate, 500 gramas de café e dois pacotes de biscoito. A cesta, que deveria durar o mês inteiro, foi concedida até fevereiro deste ano. De lá para cá, foi suspensa.

“Eles colocaram o mínimo de coisas, com alimentos que não tinham boa qualidade. E assim está sendo na nossa cidade. Agora nem isso esses estudantes têm. E devido a essa movimentação, essa busca por dignidade para esses alunos e também para essas famílias, a gente começou uma luta para garantir algum tipo de alimento e outros coletivos vieram e somaram forças, como é o caso do Casulo, um grupo de professores e diretores, a maioria de São Gonçalo [município vizinho a Itaboraí], que fez uma doação de 100 cestas básicas”, narra Rodrigues.

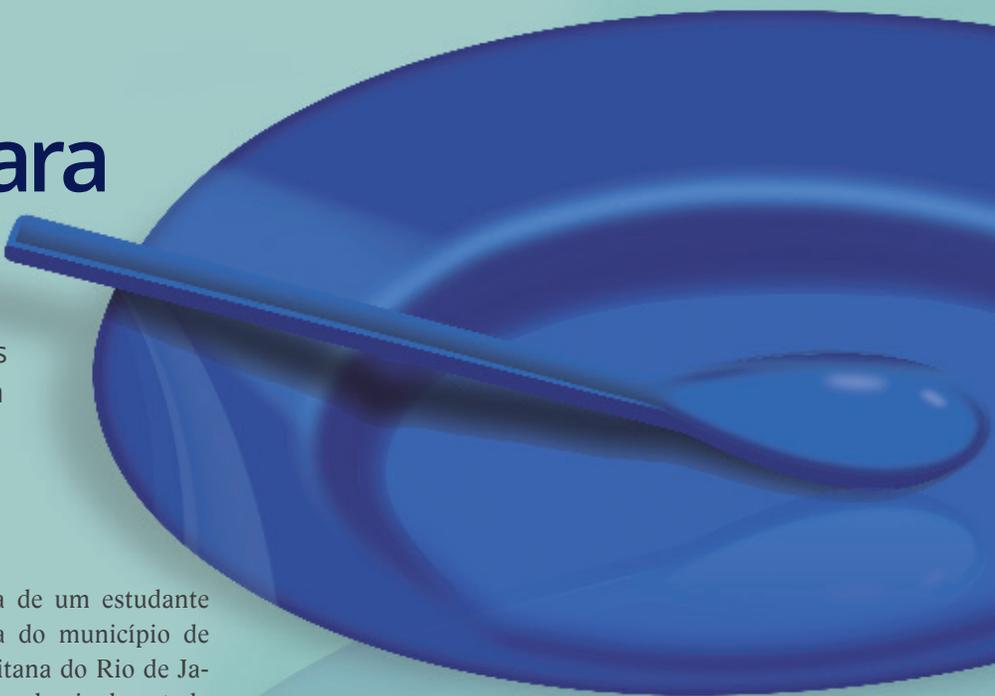
Esse não é um caso isolado. Cerca de 41 milhões de crianças recebem merenda escolar em todo o país, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),

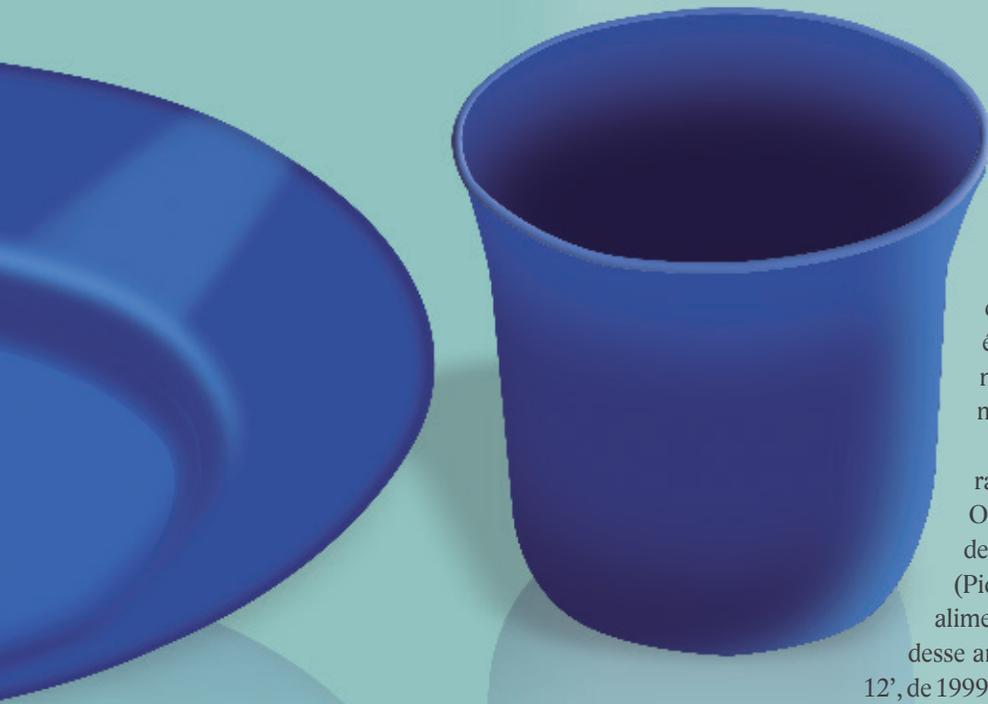
que atende os 27 estados e 5.570 municípios. Para dar suporte a esse direito, há uma série de garantias legais que foram, inclusive, atualizadas durante a pandemia. No entanto, em muitas cidades do Brasil, apenas iniciativas individuais e de coletivos da sociedade civil estão sendo responsáveis pela comida na mesa dos estudantes brasileiros.

Cenário de garantias

“A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado”. O artigo 3 da Lei 11.947/2009, que veio sendo desenhada desde a década de 1950 e é considerada um marco nas lutas pela alimentação escolar, não deixa dúvidas de que a ‘merenda’ deve ser garantida a todos os estudantes da educação básica pública brasileira. Entre outros assuntos abordados pela legislação – que foi elaborada com participação popular e de movimentos sociais ligados à educação, agricultura e segurança alimentar –, estão a garantia de aquisição de 30% desses alimentos da agricultura familiar, a exigência de qualidade do que é distribuído como merenda e a previsão de reajuste do valor médio da refeição, além da defesa do papel educativo da alimentação na escola.

Durante a pandemia, em abril de 2020, a lei da merenda escolar foi alterada por outra, nº 13.987/20, que autorizava, em caráter excepcional, “durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica”, como explica o texto. Outro instrumento jurídico, a resolução nº 2 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também de abril de 2020, dispõe sobre a execução do PNAE durante o período de estado de calamidade pública. Nele





são garantidas, por exemplo, a aquisição e distribuição de alimentos às famílias dos estudantes e o uso exclusivo dos recursos do PNAE para estudantes da educação básica.

De acordo com a coordenadora geral do programa, Karine Santos, os dois instrumentos legais foram iniciativas de rápida resolução para dar conta da demanda por merenda. “Dentro do contexto da pandemia de Covid-19, que forçou a suspensão das aulas presenciais, foi possível ao governo federal alterar a legislação do programa para permitir a entrega dos gêneros alimentícios diretamente aos estudantes da educação básica pública, demonstrando a sua flexibilidade e adaptabilidade a essa mudança brusca de cenário”, avalia.

Mas, para Mariana Santarelli, pesquisadora da Plataforma Dhesca e coordenadora do relatório ‘Violações ao direito à alimentação escolar na pandemia de Covid-19’, a legislação disponível deixou brechas para que a alimentação escolar não chegasse a todos os estudantes. “Não havia nenhuma orientação que expressasse claramente essa ação por parte do FNDE, mas os próprios estados e municípios, diante da escassez de recursos para lidar e a falta de informação, começaram a adotar essas estratégias de focalização, sobretudo usando o CadÚnico [Cadastro Único dos Programas Sociais] como referência. Já outros municípios fizeram consultas internas para ver quem mais necessitava da alimentação. Foram diferentes estratégias montadas nesse sentido de restringir o número de alunos que estariam recebendo esses *kits*”, relembra a pesquisadora, que reflete: “Na nossa visão, isso é algo que viola um direito universal. Ainda mais porque a gente sabe que nesse contexto de pandemia, muitas famílias que antes não estavam entraram em situação de pobreza. Na verdade, isso já era, inclusive, um problema anterior [que se refletia na falta de acesso] ao Bolsa Família: já existia uma fila enorme do CadÚnico de famílias com perfil para serem usuárias do programa e que não estavam sendo atendidas”. Ela destaca ainda que o sistema nacional de assistência social e, es-

pecificamente, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), estão sendo “literalmente desmontados”. “Ou seja, não tem ampliação do número de pessoas que estão sendo cadastradas por eles. Isso é algo bastante grave e foi objeto de questionamento por parte da defensoria pública e do ministério público em alguns estados”, diz.

Não é só a legislação nacional que garante o direito dos estudantes à alimentação. O Brasil é signatário do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc) que, no artigo 11, trata do direito à alimentação adequada. Como desdobramento desse artigo, há o documento ‘Comentário Geral 12’, de 1999, elaborado pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada que apresenta orientações para a interpretação desse direito de acordo com os termos do Pacto. Dentre as resoluções, o documento estabelece o direito de estar livre da fome e o direito a uma alimentação e nutrição adequadas. Em 2004, foram aprovadas, pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), as diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional. Essas diretrizes formavam uma orientação prática aos gestores estaduais para a implementação progressiva desse direito. Todas essas iniciativas, portanto, foram importantes para a consolidação da lei da merenda, que hoje não está sendo colocada em prática.

Giro pelos estados

Com a nova legislação ditada durante a pandemia, é possível também substituir a aquisição dos alimentos distribuídos como merenda escolar por *kits* alimentares com a verba federal. No entanto, estados e municípios, com a sua participação suplementar, também variaram no modelo de oferta.

A plataforma [Consed.info/alimentacaoescolar](https://consed.info/alimentacaoescolar), produzida pelo Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação no contexto da pandemia, apresenta um panorama geral dessa ‘diversidade’. Dados da última atualização antes do fechamento desta reportagem, em julho deste ano, mostram que em Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amapá, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio Grande do Sul e Tocantins, a cobertura se deu com distribuição de *kits* de alimentação para todos os estudantes matriculados na rede. No Espírito Santo, Acre e Minas Gerais, apenas os estudantes que constam no CadÚnico receberam cestas básicas. Na Bahia, no Ceará e no Pará, os alunos receberam um vale alimentação. No Distrito Federal, o modelo foi misto: começou com distribuição de alimentos e depois se reverteu num benefício chamado ‘bolsa alimentação escolar emergencial’. O estado de Goiás realizou três iniciativas: auxílio

alimentação (de abril a julho de 2020), entrega dos *kits* (agosto a dezembro de 2020 e fevereiro a junho de 2021) e distribuição de cartões (a partir de julho de 2021), sendo a primeira somente para estudantes com vulnerabilidade social. Já no Paraná, houve distribuição de alimentos da merenda a alunos beneficiários do Bolsa Família e em situação de vulnerabilidade. Em Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, foi oferecida uma espécie de cartão alimentação somente para estudantes de maior vulnerabilidade social com recursos próprios de cada estado. Em Pernambuco, no entanto, no momento de fechamento desta matéria, houve uma mudança e a merenda passou a ser oferecida nas escolas por conta da retomada das aulas presenciais. No Piauí, a partir do programa Merenda em Casa, famílias beneficiárias do Bolsa Família, com filhos matriculados na rede estadual de ensino, receberam auxílio mensal, assim como em Santa Catarina.

“Tiveram várias discussões, a gente trabalhou durante um mês, e no dia 9 de abril foi quando saiu a nova lei permitindo a distribuição dos *kits* para alimentação escolar. Nesse momento teve a discussão sobre o que era mais interessante: a oferta dos alimentos ou a gente transferir os recursos diretamente para os pais. E a decisão foi manter a compra dos alimentos nas escolas, nas prefeituras, nos estados e também na rede federal, e fazer a distribuição dos *kits*, porque dessa maneira a gente conseguiria garantir, inclusive, os alimentos da agricultura familiar, além de respeitar, minimamente, os regramentos da alimentação escolar. Então, o que é proibido não pode ser adquirido com recurso federal”, explica a coordenadora do PNAE. São proibidos, por exemplo, a compra de alimentos ultraprocessados e a conversão da verba federal em cartões com crédito ou vale alimentação. Portanto, os estados que oferecerem esse tipo de benefício, usaram recursos próprios. “Essa questão de os estados, apesar de não usarem recurso do Fundo, poderem fazer uso de vale alimentação e benefícios em forma de dinheiro são riscos que a gente está vivenciando agora, porque além de furar a estratégia de garantir alimentação saudável nas escolas, ainda flexibiliza a

compra de alimentos da agricultura familiar, uma vez que esses cartões são utilizados em redes de supermercados e não com pequenos produtores” analisa Santarelli, que alerta: “A gente tem que tomar muito cuidado para não deixar essas marcas definitivas no PNAE, porque sabemos que são nesses momentos de exceção que se criam novas regras. Por isso a gente está muito de olho também no Congresso Nacional”.

De todos os 26 estados e o Distrito Federal, apenas o Mato Grosso do Sul, Goiás, Roraima, Santa Catarina e Sergipe declaram que a alimentação fornecida durante a pandemia também garantia parte dos alimentos oriundos da agricultura familiar, sendo que em Santa Catarina, de acordo com o que está informado no site do Consed, os alimentos serão integralmente adquiridos por esse mecanismo.

Por tudo isso, Mariana Santarelli avalia que o momento da pandemia exigia ações mais coordenadas nacionalmente para assegurar a alimentação de qualidade e equânime. “Faltou disposição para fazer uma complementação orçamentária no contexto de pandemia que garantisse as condições logísticas para distribuição de alimentos, por exemplo. Isso deveria ter sido uma decisão do governo federal lá atrás. Obviamente a logística complica a vida dos gestores, mas houve, logo no início, uma regulamentação, feita com base na lei que autorizava a distribuição dos alimentos, que me pareceu uma iniciativa boa. Era um manual, um guia de orientação, mas a gente sabe que a resistência dos gestores em mudar sua forma de operar e toda a insegurança que também veio com a pandemia geram um certo grau de paralisação. Nesse sentido, penso que deveriam ter acontecido mais momentos de formação, diálogo com os gestores públicos, no sentido de orientar uma ação, para além de simplesmente fazer um manual e criar uma resolução”, indica a pesquisadora.

De acordo com a coordenadora do PNAE, além da mudança da legislação e dos materiais orientativos – como a Cartilha de ‘Orientações para a execução do PNAE durante

IONE MORENO / SEMCOM PREF. MANAUS



a situação de emergência decorrente da Pandemia do Coronavírus (COVID-19)', elaborada em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o documento 'Recomendações para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no retorno presencial às aulas durante a pandemia da Covid-19: Educação Alimentar e Nutricional e Segurança dos Alimentos' –, também foram realizadas rodas de conversas virtuais com grupos de gestores de todas as regiões do Brasil e uma parceria com o Ministério Público Federal com o objetivo de promover a execução do PNAE nos municípios e estados em que havia entraves.

Financiamento antes e depois

Alguns “entraves”, no entanto, vinham de antes da pandemia. De acordo com estudos da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), entre 2014 e 2019 os investimentos no PNAE foram reduzidos em 18,9%, com uma queda de R\$ 924 milhões. E entre 2018 e 2019, houve uma diminuição de R\$ 200 milhões nas despesas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com o PNAE. Além disso, outros fatores impactam no valor total destinado à merenda e devem ser levados em consideração. O preço dos alimentos, por exemplo, teve alta de 15% em um ano, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o que se soma ao não reajuste *per capita* da merenda, que está defasado, segundo a Fineduca: o último aconteceu em 2017. Desde então, o governo federal repassa a estados e municípios R\$ 0,36 para o ensino fundamental e médio e R\$ 0,32 para a EJA (Educação de Jovens e Adultos), segundo dados do site do FNDE.

Embora reconheçam a agilidade do Congresso em adequar as regras do PNAE às exigências da pandemia, pesquisadores criticam o fato de o parlamento não ter votado uma complementação orçamentária para garantir a qualidade dos alimentos distribuídos aos estudantes. De acordo com dados fornecidos pelo FNDE, o fundo repassou uma parcela extra que deveria ser para o ano de 2020, mas o valor só foi depositado em janeiro de 2021, no valor de R\$ 384.836.162,56. “Ademais, cabe também informar que, até o momento, no exercício de 2021, foi pago o valor total de R\$ 2.284.131.422,44 para as redes estadual, municipal, distrital e federal, referente às parcelas ordinárias do PNAE”, indica o órgão em nota enviada a esta reportagem.

A coordenadora-geral do PNAE, Karen dos Santos, reconhece que o baixo valor *per capita* é um debate sempre presente para o FNDE. No entanto, ela diz que é sempre importante lembrar que a responsabilidade é compartilhada. “O município e o estado precisam também colocar recursos para ofertar essa alimentação de qualidade. Quem tem obrigação de garantir a oferta da alimentação no estado e no município são os gestores locais. Esse recurso, quando a gente olha o individual, é peque-

no, mas quando a gente olha na sua totalidade, é um recurso muito alto, são mais de R\$ 4 bi por ano”, argumenta.

Santarelli pondera: “Você tem a perspectiva de complementação por parte dos estados e municípios, mas nunca se estabeleceu qual era o percentual que deveria ser assegurado por cada uma das esferas de governo. Então, você tem situações muito díspares pelo Brasil. Alguns municípios, sobretudo os mais pobres, de menor porte, operam só com o recurso que é transferido pelo PNAE. Outros, como é o caso das grandes metrópoles, têm capacidade de fazer uma complementação orçamentária de mais volume, de até três vezes. Essa definição faz com que a política de cada localidade seja determinante na qualidade da alimentação. Uma coisa é você operar com trinta e poucos centavos por aluno, outra coisa é você realmente complementar para conseguir chegar mais próximo do que são as recomendações que estão nas próprias portarias do FNDE”. E completa: “De maneira geral, é muito injusta ainda a questão do financiamento da educação. A União é a que mais arrecada impostos e menos contribui proporcionalmente e, com esse formato, sobrecarrega, sobretudo, os municípios. Quando fazemos o recorte da questão da merenda, isso fica muito claro e drasticamente desigual, porque estamos falando de desigualdade da comida no prato do estudante brasileiro”. O

#ContaPraGente Estudante

Divulgados em primeira mão à Revista Poli, os dados da pesquisa inédita #ContaPraGente Estudante, iniciativa do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ), revelam que 23% dos estudantes de todo o país que participaram da aferição não receberam nenhum tipo de assistência alimentar durante a pandemia. Apenas 14% receberam alimentos ou vale alimentação todos os meses, 21% adquiriram apenas uma única vez, enquanto que 61% tiveram acesso entre duas e seis vezes.

A aferição sobre a situação do direito à alimentação escolar nas escolas, antes e durante a pandemia Covid-19, englobou 900 estudantes maiores de 12 anos da rede pública de ensino dos 26 estados do país e do Distrito Federal. “O estudo é parte de uma estratégia mais ampla do ÓAÊ que visa ampliar a escuta, as narrativas e o diálogo com estudantes e suas famílias, agricultoras e agricultores familiares, além de membros de conselhos que atuam com a alimentação escolar, para incidir de forma coletiva em defesa do PNAE [Plano Nacional de Alimentação Escolar]. Com este estudo, pela primeira vez, desde o início da pandemia, estudantes puderam expressar sua opinião sobre o que está acontecendo com a alimentação escolar”, explica Mariana Santarelli, coordenadora do Observatório.

Comida perecível em xeque e impacto na agricultura familiar

Antes mesmo da pandemia, estados não conseguiam cumprir o determinado. Agora a situação se agrava

Viviane Tavares

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), além de garantir a alimentação nas escolas, é estratégico na estruturação de redes de abastecimento da agricultura familiar. É a partir dele que são garantidos que 30% dos recursos repassados aos estados e municípios, aproximadamente R\$ 1,2 bilhões anuais, sejam para a aquisição desse tipo de alimentos. Isso, explica a coordenadora do Movimento de Pequenos Agricultores do Piauí, Maria Klein, incentiva a geração de renda, fortalece economias regionais, melhora a qualidade nutricional dos estudantes e a valorização da cultura local.

“E, para nós, o PNAE e o PAA [Programa de Aquisição de Alimentos] eram o que de mais avançado poderia existir para potencializar tanto a produção de alimentos saudáveis pelo campesinato quanto para ver uma geração inteira de brasileiros e brasileiras comendo alimento saudável e, portanto, com mais condição de aprendizado, de desenvolvimento. Só que, no meio do caminho, entre nossos sonhos e esses consumidores que tanto necessitam, tinham milhares e milhares de gestores com a cabeça desvirtuada, cheia de preconceitos em relação à produção de alimentos por parte da agricultura camponesa familiar, indígena e quilombola, cheia de preconceitos com o povo do campo, da floresta e das águas”, lamenta Klein. Segundo ela, mesmo antes da pandemia, muitos gestores de escolas ainda questionavam as secretarias de educação se não podiam comprar os alimentos no supermercado. “Não têm noção absolutamente nenhuma de desenvolvimento humano, de direito humano à alimentação, de nutrição, de economia. Porque quando você coloca [recursos] na mão dos agricultores, você tem um alto nível de dinamização da economia local. É a melhor lei que foi criada no Brasil e a pior execução de uma lei brasileira”, conclui Maria Klein, uma das representantes do MPA que fez parte da mobilização social que culminou na criação do PNAE.

Ela lembra ainda que durante a pandemia a dificuldade de fornecimento de alimentos aumentou significativamente. “Para os agricultores e agricultoras, piorou muito, mas muito mesmo, porque reduziu o número de agricultores fornecendo, tem uma dificuldade para montar esses kits porque a maioria dos gestores não quer colocar, por exemplo, verduras, alimentos perecíveis, só quer colocar alimentos não perecíveis”, conta.

A coordenadora do PNAE, Karen dos Santos, afirma que o monitoramento dos 30% de alimentos adquiridos da agricultura familiar é feito por meio da prestação de contas dos gestores, além da participação dos Conselhos Colaboradores



SECOM RORAIMA

de Alimentação e Nutrição Escolar (Cecanes). “A aproximação dos gestores foi muito maior durante a pandemia, porque tem a facilidade de ser online. A gente até brinca, que num mesmo dia, conseguimos perpassar por todas as regiões, tem reunião de manhã com a região Norte, no final do dia, a gente já está lá no Sul”, comemora.

Um mapeamento feito com 168 grupos produtivos de agricultores familiares e pescadores artesanais que fornecem alimentos ao PNAE em 108 municípios do Nordeste e do semiárido brasileiro mostra, no entanto, uma realidade bem diferente. A pesquisa se chama ‘De olho na alimentação escolar - Como andam as compras da agricultura familiar no semiárido durante a pandemia?’ e foi realizada pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) junto com a Articulação do Semiárido (ASA). De acordo com os resultados, as compras de alimentos da agricultura familiar em 2020 foram reduzidas. “Segundo os relatos, 74 (44%) dos 168 grupos produtivos (cooperativas e grupos informais), que até 2019 vendiam alimentos saudáveis e diversificados ao PNAE, não o fizeram em 2020”, diz o relatório, que também traz o dado comparativo de que em 2019 os cerca de 4,5 mil produtores de alimentos organizados nos grupos estudados tiveram um rendimento de aproximadamente R\$ 27 milhões com o PNAE. Até setembro do ano passado, os mesmos coletivos venderam o equivalente a apenas R\$ 3,6 milhões, uma queda de 87% em vendas de produtos. O

Lei Assis de Carvalho 2 vai à sanção

No última semana de agosto, foi aprovado no Senado o Projeto de Lei 823/2021, conhecido como ‘Lei Assis Carvalho 2’, de autoria do deputado federal Pedro Uczai (PT-SC) que prevê medidas de fomento à produção de alimentos e fortalecimento da agricultura familiar durante a pandemia. Aprovada em junho na Câmara Federal, no momento em que esta edição da Poli foi fechada, o projeto seguiria para sanção presidencial.

Com grande expectativa por parte dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar, o projeto institui o Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural para pequenos produtores em situação de pobreza e extrema pobreza, com valor-base de R\$ 2,5 mil a R\$ 3,5 mil por família. Ainda na mesma redação, é previsto crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para agricultores familiares e pequenos produtores de leite; prorrogação das dívidas rurais; e suspensão de cobranças judiciais. “Com a aprovação desse projeto ganham a população brasileira e a agricultura familiar. Se o presidente não sancionar, vamos derrubar o veto e transformar em lei. Vamos valorizar aqueles que põem 70% dos alimentos na mesa do povo brasileiro”, celebrou o autor do projeto em vídeo publicado em suas redes sociais.

CENTRAIS DE REGULAÇÃO

Maria tem diabetes. Certo dia, se sentiu mal e procurou um pronto-atendimento. Lá, descobriu que apresentava um quadro de cetoacidose, quando não há insulina suficiente circulando no corpo. Essa emergência foi contornada na UPA, mas Maria foi direcionada a uma unidade básica de saúde, vinculada ao território onde mora, para ser acompanhada. Como a situação inspirava cuidados especializados, o posto a encaminhou para um ambulatório de endocrinologia, onde Maria poderia ser examinada por um especialista. De um serviço de saúde a outro, o ritmo e até a direção da caminhada pelo SUS desta Maria fictícia depende das centrais de regulação.

Desde 2008, o Sistema Único conta com uma Política Nacional de Regulação que tem o objetivo de assegurar o acesso da população aos vários níveis de atenção da rede em tempo hábil, e em unidades que tenham a melhor estrutura ou a maior adequação para a necessidade de saúde do usuário naquele momento.

Para isso, foram criados complexos reguladores, compostos por uma ou mais estruturas denominadas centrais de regulação.

Existem centrais especializadas em determinadas coisas. A central de regulação de urgência regula o atendimento pré-hospitalar realizado pelas ambulâncias do Samu, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Já a central de internações é responsável pela regulação dos leitos hospitalares de todos os estabelecimentos vinculados ao SUS, sejam eles próprios, contratados ou conveniados. E, por fim, a central de regulação ambulatorial fica responsável pelo acesso a consultas e exames especializados.

Cabe a essas centrais receber as solicitações que chegam dos vários pontos da rede assistencial do SUS, processá-las e agendá-las. Só que esse processamento não deve ser entendido num sentido burocrático – embora, na realidade, às vezes as coisas aconteçam assim.

Além da marcação

“Talvez a melhor definição para centrais de regulação seja a de serviços de saúde que dançam na corda bamba de sombrinha, tendo de acumular tanto um protagonismo clínico e de cuidado, quanto gerencial e administrativo”, resume Stephan Sperling, que depois de atuar na ponta, como médico de família, passou para o lado de lá e integra o projeto Regula Mais Brasil, vinculado ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS).

De acordo com esse raciocínio, continua Sperling, se as centrais de regulação são serviços de saúde, elas podem tanto fortalecer o cuidado aos usuários, como também comprometê-lo. Na sua avaliação, isso acontece quando o complexo regulador é empregado apenas como central de marcação de consultas e exames.

“O que se tem é um trânsito de condições clínicas de baixo significado pelas redes, uma permanente escassez de ofertas, um descrédito da regulação pelos profissionais de saúde e, sem dúvida, danos para o cuidado dos usuários – expostos, frequentemente, a contatos desnecessários em tempos inoportunos com especialistas inadequados para sua atenção”, lamenta.

Para que isso não aconteça, é fundamental investir no que dá vida às centrais de regulação: os trabalhadores de saúde.

De acordo com as diretrizes para implantação de complexos reguladores, publicada pelo Ministério da Saúde em 2006, essa estrutura exige um conjunto de profissionais capacitados, que serão responsáveis pela execução de ações específicas, desde a coordenação da estrutura, passando pela análise dos casos e chegando ao atendimento das demandas e a funções ligadas à alimentação do banco de dados.

Segundo Vinícius Fonseca, médico da família e assessor técnico da Coordenação do Complexo Regulador do Rio de Janeiro, a orientação emanada do nível nacional pela política e pelas diretrizes se plasma no nível local de formas bem discrepantes, mesmo entre cidades de um mesmo estado, como o Rio. “Não falo só dos municípios pequenos, até na região metropolitana nós vemos isso. Há dificuldade de ter médicos reguladores nas centrais ou nos complexos reguladores desses municípios”.

Ao contrário, Fonseca conta que sua experiência tem apontado para uma grande necessidade de investimentos na regulação. “A gente tem visto que os municípios não têm habitualmente essa estrutura montada, são basicamente trabalhadores administrativos realizando solicitações”.

No mundo ideal, continua o médico, seria importante que houvesse profissionais de saúde com competência clínica possa fazer a avaliação dos casos, classificando-os segundo o maior ou menor risco de morte ou agravamento das condições de saúde, seja nos encaminhamentos ambulatoriais, seja para internação.

“É um trabalho constante, que exige uma rotina de reuniões e acompanhamento junto às unidades prestadoras para assegurar que as vagas sejam disponibilizadas”, conclui.

O desafio da escassez

No Brasil, os complexos e centrais de regulação têm outros desafios. Para Stephan Sperling, o principal deles é assegurar que o cuidado ao usuário produzido pela atenção primária à saúde seja efetivado ao longo de todo seu trânsito pelo SUS, promovendo integralidade das intervenções e, sobretudo, acesso seguro aos demais níveis de atenção.

“Seguindo a diretriz do SUS, as centrais precisam apoiar e facilitar a coordenação de cuidado produzida pela atenção primária, permitindo que o usuário correto tenha o contato correto com o especialista adequadamente eleito em momento oportuno”, reforça.

Além disso, continua Sperling, as centrais precisam administrar suas

ofertas de forma a não produzir desassistência ou interromper a continuidade do cuidado. Um desafio que, convenhamos, é especialmente difícil de superar, já que se conecta a gargalos estruturais do SUS.

Marília Louvison, professora do Departamento de Política e Gestão da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e membro da diretoria da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), ressalta que essa desassistência e interrupção do cuidado são extremamente graves em função do potencial do agravamento das doenças negligenciadas. “O SUS tem capilaridade em todo o território nacional, podendo garantir a continuidade do cuidado para a gestação, condições crônicas e outras necessidades. Cuidados continuados precisam ser ofertados em todas as etapas: diagnóstico, tratamento e reabilitação”, elenca.

E ainda assim, mesmo com uma capacidade instalada adequada, é fundamental, segundo Louvison, que haja articulação e conexão entre os serviços da atenção primária com os serviços especializados para que se garanta a integralidade e continuidade do cuidado.

A pandemia da Covid-19 agravou a situação. A alta demanda de leitos de UTI para além da oferta existente em vários momentos levou à impossibilidade de transferência de pacientes que necessitavam de um atendimento de maior complexidade, gerando filas.

Seguindo a ideia de que as centrais de regulação são uma espécie de “observatório” que agiliza e, ao mesmo tempo, identifica esses pontos de estrangulamento, Louvison reforça que a responsabilidade da garantia da oferta é do gestor do SUS, não fazendo sentido culpabilizar os responsáveis pelos mecanismos de distribuição de fluxos que não têm governabilidade imediata de ajustar a oferta à demanda. “O gestor do SUS, por outro lado, precisaria estar permanentemente atento à necessidade de ampliação da oferta, podendo ser responsabilizado por qualquer omissão”, garante.

Com relação ao acesso à atenção especializada, a professora da USP observa que é necessário garantir serviços disponíveis em funcionamento e analisar criteriosamente, do ponto de vista do risco e gravidade, os casos que precisam ser retomados com maior urgência. “O represamento da demanda que não era Covid-19 e não era urgência, em grande parte de situações eletivas, clínicas ou cirúrgicas, inclui hoje a demanda reprimida antes da pandemia e tudo que não se fez nesses quase dois anos”, observa.

Os dados mostram como o represamento ocorreu de fato. Um levantamento da Folha de S. Paulo apontou que, segundo o Datasus, em relação ao período de 2017 a 2019, a atenção primária registrou queda de 49% dos atendimentos no ano de 2020. As consultas com especialistas tiveram redução de 25%, em média, e as internações, de 16% (exceto as por doenças infectocontagiosas). Nos primeiros meses da pandemia, em abril e maio de 2020, a queda chegou a 30% nas internações e a 64% nas consultas na comparação com o mesmo período dos anos anteriores.

É nesse sentido que a ação das centrais de regulação em conjunto com a atenção primária e especializada é fundamental para fazer a gestão clínica dessas filas. “A judicialização, em todos esses casos em que o sistema de saúde já está no limite de sua possibilidade, muito frequentemente torna-se inócua no sentido de garantir a assistência necessária”, lamenta Marília Louvison.

Vinícius Fonseca explica que, ao longo da pandemia, houve períodos em que a quantidade de vagas oferecidas para os problemas de saúde além da Covid-19 despencou. “Caiu quase pela metade, e isso impacta, obviamente, no tempo de espera e nas filas”.

O exemplo do Rio

No estado do Rio, as centrais de regulação foram unificadas como complexo regulador em 2014. Nele, encontram-se a central de urgências e emergências, a central de internação hospitalar e a central de regulação ambulatorial.

A central de urgências e emergências é responsável por regular e transportar os pacientes na chamada “modalidade de vaga zero”, que é quando um paciente precisa de um serviço ou atendimento em uma unidade de maior complexidade. Já a central de internações é responsável por internar em leitos definitivos, mais adequados, pacientes que estejam em unidades de urgência e emergência, ou que necessitem de um leito de alguma especialidade.

“Nesse caso, o paciente entra pela CER [Central Estadual de Regulação], que é uma plataforma do estado, tem o seu caso descrito, justificada a necessidade de internação para aquela especialidade, e, através da captação dos leitos na nossa rede, seja municipal, estadual ou federal, seguindo uma lista, uma fila única compartilhada com o estado, a gente pode fazer a internação de maneira transparente, adequada segundo a necessidade”, conta Fonseca.

Já a central de regulação ambulatorial é responsável pelo atendimento aos pacientes que estão sendo assistidos pela atenção primária, e demandam uma consulta ou um exame. “Vai ser agendado para frente segundo a disponibilidade de vagas, dentro de uma avaliação de risco”, explica Fonseca.

A articulação entre os complexos reguladores federais, estaduais e municipais é fundamental e contribui com a integralidade da atenção e garantia do acesso. Para Louvison, os complexos reguladores são implantados pelos gestores para organizar o acesso à rede de serviços que gerenciam, mas precisam atuar em conjunto com os outros complexos reguladores que atuam nos mesmos territórios, a partir de combinações de fluxos regionais prévios. “Ter muitos serviços hospitalares que ainda não são regulados por complexos reguladores, cabendo ao próprio hospital decidir a disponibilização de vagas, amplia ainda mais as barreiras e fragmentação do acesso às redes de atenção”, conclui.

PASSADOS 100 ANOS, AINDA COM A PALAVRA, PAULO FREIRE

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente.

Educador e educandos se arquivam na medida em que (...) não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros

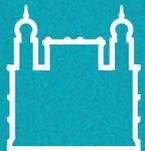
Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

O educador se eterniza em cada ser que educa.

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos, constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção que implica decisão, escolha, intervenção na realidade.

Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira.

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Vacina Covid-19 Fiocruz: uma vacina segura e eficaz para o SUS

- **Proteção contra as variantes Delta, Alpha e Gama**
- **Delta: proteção contra hospitalização com 1 dose (75%) e 2 doses (94%)**
- **Mais de 90 milhões de doses entregues ao PNI**

#vacinacovid19fiocruz



Acompanhe nossos perfis nas redes sociais